

# A DEMOGRAFIA DAS SOCIEDADES INSULARES PORTUGUESAS. SÉCULOS XV A XXI

CARLOTA SANTOS  
PAULO TEODORO DE MATOS

## FICHA TÉCNICA

**Título:** A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI

**Coordenação:** Carlota Santos e Paulo Teodoro de Matos

**Revisão:** Joana Paulino

**Figura da capa:** Luís Teixeira, Descrição das Ilhas de São Jorge e do Pico.

Pergaminho colado sobre madeira, A 70 x L 93 cm. 1587.

Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze, Portulano 17

Reproduzido com a autorização do Ministero dei Beni e delle Attività Culturali e del Turismo da Repubblica Italiana

**Edição:** CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

**Design gráfico:** Helena Lobo [www.hldesign.pt](http://www.hldesign.pt)

**ISBN:** 978-989-8612-06-9

**Depósito Legal:** 368276/13

**Concepção gráfica:** SerSilito-Empresa Gráfica, Lda. [www.sersilito.pt](http://www.sersilito.pt)

Braga, Setembro 2013

# O POVOAMENTO DAS ILHAS DA MADEIRA E DO PORTO SANTO NOS SÉCULOS XV E XVI

MARIA LUÍS ROCHA PINTO<sup>1</sup>  
TERESA FERREIRA RODRIGUES<sup>2</sup>

Este estudo<sup>3</sup> encontra-se dividido em três partes, que diferem em termos de fontes, metodologias e perspectivas de análise. A primeira, designada “Características do espaço insular”, procura a) sintetizar várias teses existentes sobre o início do povoamento das ilhas do arquipélago da Madeira, nomeadamente quanto às suas origens e entidades responsáveis; b) apresentar os aspectos mais relevantes das formas de ocupação e aproveitamento do solo, com especial destaque para a naturalidade dos primeiros colonos, às formas encontradas para fixar as gentes indispensáveis ao aproveitamento das ilhas, à fundação dos aglomerados populacionais e às formas de organização económica, social e espiritual; e c) analisar as três fases de povoamento normalmente aceites para a realidade insular: a primeira até 1450, a segunda de 1450 a 1550 e a terceira estendendo-se para além dos limites cronológicos desta síntese.

As páginas seguintes tratam da evolução populacional até 1600 e procuram acompanhar as formas e ritmos de crescimento dos residentes na Madeira e no Porto Santo, embora sejam mais completos os dados existentes sobre a primeira, o que justifica o maior desenvolvimento de que foi alvo. A perspectiva que orienta esta parte do estudo visa contornar metodologicamente os obstáculos que se erguem à completa apreensão das formas e direcções da ocupação humana, dada a falta de valores consistentes para épocas tão recuadas. Optámos por seleccionar alguns indicadores que nos davam maior segurança quanto às conclusões a obter, o que justifica o ponto

---

<sup>1</sup> GOVCOPP-DCSPT-UA. mluispinto@ua.pt

<sup>2</sup> IPRI-UNL. trodrigues@fcsh.unl.pt

<sup>3</sup> O presente texto é uma síntese de uma conferência realizada pelas autoras em 1992 no Funchal, no âmbito do III<sup>o</sup> Colóquio Internacional de História da Madeira, publicada em Actas no ano imediato (PINTO e RODRIGUES, 1993: 403-471).

dedicado ao ritmo de criação das freguesias, entendido como forma indirecta de avaliar a dinâmica demográfica em períodos pré-estatísticos. Usamos ainda algumas descrições coevas e analisam-se comparativamente as informações disponíveis sobre a população global das ilhas, sua distribuição, ritmos de crescimento e densidade de povoamento. A segunda parte do estudo termina com a observação dos efectivos humanos a nível paroquial, recorrendo a informações locais que permitem ajuizar sobre a desigualdade dessa evolução, que privilegia a costa sul em relação à costa norte e, na primeira, a cidade do Funchal, já então a manifestar tendências de macrocefalia.

A terceira parte da investigação é dedicada aos comportamentos demográficos. Baseia-se no levantamento sistemático e anónimo dos assentos efectuados entre 1538 e 1600 de 22 das 35 freguesias então existentes. Após algumas considerações sobre a qualidade dos dados, retomamos o tema das fases de crescimento da população, agora baseado nas séries de baptismo. Determinam-se os níveis médios de natalidade, mortalidade e nupcialidade e respectiva sazonalidade, e aborda-se a questão da ilegitimidade e do abandono. Procuramos ainda desenvolver o tema da mobilidade interna e das migrações externas. Por último incluímos alguns apontamentos sobre a estrutura profissional, tomando como estudo de caso a Ribeira Brava, freguesia que alia características económicas, dimensão populacional e grau de mobilidade que parecem torná-la uma espécie de freguesia tipo da sociedade madeirense quinhentista.

## 1. AS CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO INSULAR

**O Descobrimento** – Na cartografia de Trezentos figuram algumas representações geográficas que dado o rigor da sua localização indiciam um conhecimento de facto daquela zona. O arquipélago da Madeira consta do mapa de Angelino Dulcert (1339), do *Libro del Conoscimiento de todos los Reynos* (meados do século XIV), do testemunho do Irmão Mendicante (c.1348), do mapa Laurenciano de 1351 (o primeiro em que figuram os nomes de Legname, Porto Santo e Deserta), do atlas catalão de Cúesques (1375), cuja fidelidade cartográfica é maior do que a dos seus antecessores, e de outros mapas catalães e italianos, entre os quais se destaca o de Nicolau Pasqualini (1408), que refere mesmo o nome de “Mадiera”<sup>4</sup>.

Aventou-se a hipótese (Raymond Mauny) de o arquipélago ter sido visitado pela primeira vez antes de 1147, numa viagem de oito muçulmanos que ficaram conhecidos como os “aventureiros de Lisboa”, e que poderão ter aportado fortuitamente à ilha que se viria a denominar Madeira. Outra conjectura mais aceitável remete para a possibilidade de a expedição descobridora se ter efectuado no reinado de D.

---

<sup>4</sup> GODINHO, 1943 e 1962; PERES, 1982; LEITE, 1960; SERRÃO, s/d: 232; COSTA, 1997; ZURARA, 1973: cap. 83; BARROS, 1777-88.

Afonso IV, aquando da tentativa de conquista das Canárias em 1341. Na viagem de regresso os portugueses e genoveses participantes terão visto e baptizado as ilhas.

No entanto, já em meados do século XIV navios mediterrânicos frequentavam as Canárias, o que torna possível na lógica da rota de torna viagem a escala madeirense, defendida por Magalhães Godinho: “desde que em 1402 Bethencourt ocupara algumas das Canárias sob a autoridade da coroa de Castela, [estas ilhas] serviam a castelhanos e portugueses de escala no regresso das ilhas canarinas, para aguada e caça; aí se acoitavam os piratas à espera de surpreender as velas vindas do sul”. Além do abastecimento de água e carne, aproveitavam-se as matérias tintureiras locais, nomeadamente sangue-de-drago e urzela.

Nos alvares do século XVI uma lenda consagra como autores do descobrimento do arquipélago Machim e Ana de Arfet, súbditos de Eduardo III. A versão mais antiga desta lenda consta do *Manuscrito Valentim Fernandes* (a.1509) e foi sucessivamente glosada, sendo de realçar o *Tratado...dos descobrimentos antigos e modernos* de António Galvão (1563). Mas todas as versões desta lenda são demasiado tardias e incongruentes para constituírem um alicerce sobre o qual se possa assentar qualquer construção histórica.

Francisco Alcoforado e Gonçalo Aires Ferreira, contemporâneos de João Gonçalves Zarco, destacam a prioridade da presença portuguesa nas ilhas. Tudo aponta para que as viagens portuguesas que abordaram o arquipélago no primeiro quartel do século XV não possam ser consideradas viagens de descobrimento. O (re)descobrimento poderá ter sido fortuito ou da iniciativa de João Gonçalves, com o patrocínio de D. Henrique. Na Relação de Diogo Gomes é destacada a figura do Infante e do piloto Afonso Fernandes, relegando Zarco para segundo plano. Na carta de 1450, na qual o Infante doa a Zarco a capitania da maior parte da Madeira afirma-se que a mercê dada se deve a “ele ser o primeiro que por meu mandado a dita ilha povoou e por outros muitos serviços que me fez”, o que pode ser entendido como tendo sido apenas o primeiro povoador. O mesmo sucedera a Perestrelo, na doação da capitania de Porto Santo em 1446, e a Tristão Teixeira, quando recebe em 1440 a capitania do Machico. Neste último caso, a carta nem sequer menciona o termo povoador, qualificativo que só lhe será atribuído na carta régia datada de 18 de Janeiro de 1452, onde se afirma que “ele fora um dos primeiros que por seu [do Infante] mandado fora povoar as ditas ilhas”. O termo descobridor não aparece em nenhum documento entre 1419 e 1425, figurando sempre o termo povoar.

Temos ainda a questão da datação. Segundo Alcoforado Aires teria sido realizada em 1417 uma viagem castelhana, a primeira viagem fortuita a Porto Santo seria em 1419 e em 1425 uma missa assinala o início do povoamento. Para Zurara, a primeira viagem teve lugar após o regresso do descerco de Ceuta (1418 ou 1419), devendo o povoamento iniciar-se em 1420. Em carta de 1460 Dom Henrique afirma

ter sido iniciado o processo trinta e cinco anos atrás, o que remete para o ano de 1425. Deste modo, as datas indicadas por Zurara não parecem totalmente correctas.

A este propósito Magalhães Godinho conclui que os primeiros colonos chegaram após o fim do cerco de Ceuta e a colonização das ilhas só se organizou depois do fracasso da expedição de Dom Fernando de Castro às Canárias, em 1424. Na sua óptica, ambos os insucessos são determinantes da forma como se passou a encarar o arquipélago, base estratégica para atacar a costa marroquina e reduzir a pirataria adversária. Em breve as ilhas passariam a constituir um novo centro de abastecimento de pão, carne, açúcar, plantas tintureiras, couros, vinho e madeiras.

**A ocupação do solo: o povoamento** – Para estudar o processo de colonização da Madeira temos que falar do problema mais vasto da colonização ultramarina, para o qual Orlando Ribeiro sugere duas vias de abordagem: 1) através da análise dos instrumentos da vida quotidiana e humilde; e 2) através da filiação das grandes obras de arte, vias aparentemente contraditórias nos seus resultados. É impossível afirmar com rigor as origens da população madeirense, embora considerando os vestígios patentes em objectos e práticas de uso comum fosse maioritariamente natural do Norte e do Algarve.<sup>5</sup>

“Primeiro marco da expansão portuguesa, os arquipélagos da Madeira e dos Açores, completamente ocupados nos meados do século XV, são uma réplica da fisionomia humana de Portugal numa paisagem física que o Continente desconhece...”<sup>6</sup>. Cedo habitadas nos seus lugares mais favorecidos, estas ilhas foram uma rude escola de colonização. Embora limitada pela extensão de camadas vulcânicas e declives impraticáveis, a sua população cresceu até níveis próximos da saturação e numa fase posterior, elas tornam-se áreas emissoras de população para outras partes do Império<sup>7</sup>.

Apesar da densíssima vegetação florestal que cobria o solo madeirense e do acidentado das suas encostas, os primeiros povoadores procederam sem demora à exploração da costa. Segundo relatos coevos efectuaram-se desembarques nos pontos de mais fácil acesso, que prepararam o início do movimento colonizador<sup>8</sup>. Rapidamente foram fundados núcleos populacionais, cujo isolamento em muitos

---

<sup>5</sup> Referimo-nos ao tipo de enxada trasmontana e minhota usada em Santana, ao moinho manual mais popular no Algarve, ao arado utilizado no Minho e Beira Alta, à azenha e o tear de origem minhota, a alguns instrumentos musicais típicos de Entre Douro e Minho e ao folclore de raiz árabe e nortenho (DIAS, 1953: 23).

<sup>6</sup> RIBEIRO, 1962: 45-46.

<sup>7</sup> RIBEIRO, 1962: 15.

<sup>8</sup> Veja-se, entre outros, ARAGÃO, 1981. FRUTUOSO (1968; 1983) faz também um relato destas primeiras incursões.

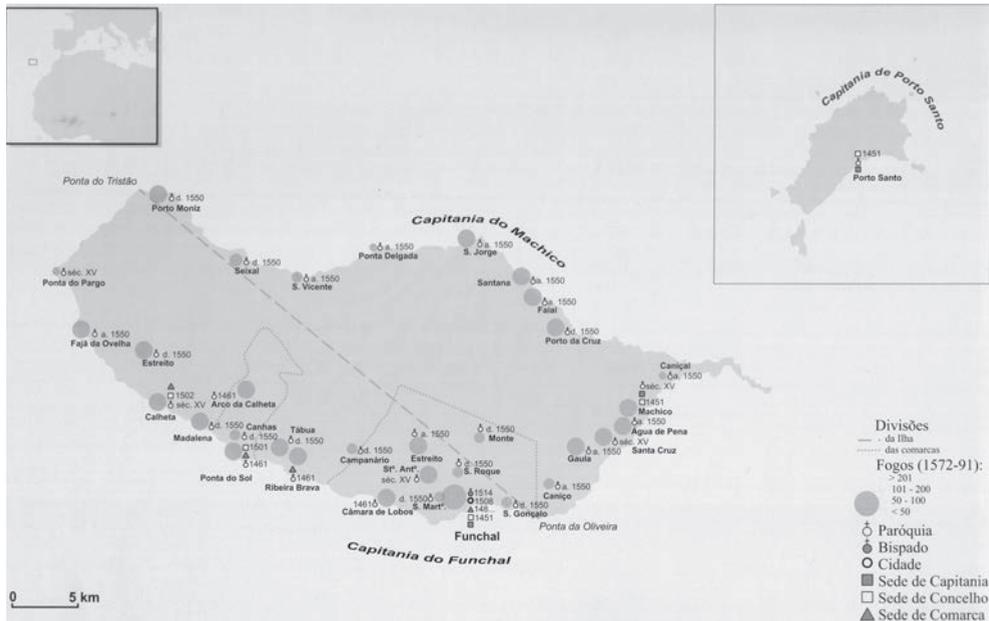


Figura 1. Povoamento e colonização da Madeira (sécs. XV-XVI)

Fonte: A. H. de Oliveira Marques e João Alves Dias, *Atlas histórico de Portugal e do Ultramar Português*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, p. 222 (“Povoamento e colonização da Madeira, sécs. XV-XVI”)

casos era apenas quebrado no Verão. O bom clima e o solo fértil foram os factores determinantes para o rápido aumento dos efectivos. Esta primeira fase correspondeu ao arroteamento de terras, à construção de habitações e à formação de pequenos núcleos, conhecidos pelo termo “fazendas povoadas”<sup>9</sup>.

O povoamento inicia-se simultaneamente no perímetro actual da cidade do Funchal e em diversos pontos na costa sul. Embora fosse relativamente avultado o número de colonos vindos do Reino, estes eram insuficientes para uma larga exploração agrícola, entre outras razões pelo acidentado dos terrenos, a densidade florestal e o sistema de irrigação conhecido. Assim se explica o recurso ao elemento escravo que se veio a juntar aos sesmeiros e que em fins do século XV parecia constituir sensivelmente 12% da população total, ou seja, cerca de dois milhares (Figura 1).

A distribuição de terras pelo sistema das sesmarias<sup>10</sup> favoreceu o estabelecimento de muitas fazendas, onde os primitivos povoadores viviam com familiares e escravos. Quando nasceu o “contrato de colonia” cerca de 75% dos terrenos aráveis converteram-

<sup>9</sup> FRUTUOSO, 1983: 131.

<sup>10</sup> Princípio estabelecido quando das doações das capitânias, através dos Regimentos então passados.

-se em vínculos e morgadios e após a vinculação dos terrenos, os sesmeiros ricos e colonos abastados abandonaram as actividades agrícolas e procuraram nos centros de maior dimensão uma vida mais confortável. A cidade do Funchal cresce em grande medida devido a esses proprietários rurais absentistas, que entregaram o cultivo das terras a colonos e escravos. Muitos deles passam a dedicar também à mercancia.

Às fazendas povoadas chegaram frades franciscanos para exercer funções eclesiásticas nas capelas e ermidas. Com capelães privativos, estes centros de culto em breve se transformaram em curatos e capelanias com foros de paróquia, constituindo as sedes das futuras freguesias. Em meados do século XIV existiam já dez, sediadas nas capelas mais centrais de cada povoado. Além delas outros locais de culto prestavam serviço religioso, vindo a constituir núcleos paroquiais à medida que o povoamento prosseguia para o interior.

A segunda fase de povoamento estende-se de 1450 a 1550 e representa um período de desenvolvimento demográfico, agrícola, artesanal e mercantil. De acordo com Joel Serrão, a exploração económica do arquipélago mostra neste período duas fases, a primeira pautada pelo aproveitamento imediato daquilo que apresenta valor mercantil (madeiras, pastel, urzela) ou alimentar (peixe); a segunda por uma economia de produção, destinada à subsistência dos povoadores e também à exportação de trigo, gado, mais tarde açúcar e vinho. Os dois tipos de economias estão presentes nas ilhas, excepto na Deserta, onde apenas a criação de gado consegue vingar<sup>11</sup>.

De facto, o arquipélago distingue-se desde os primeiros anos por uma agricultura rica e complexa, sem o regime de monocultura e fortemente virada para a exportação. A mais antiga descrição sobre esta matéria é feita em 1455 por Cadamosto. No Porto Santo retirava-se sangue-de-drago, criava-se gado e só tardiamente se introduziu a cevada e o trigo. Mas na Madeira, com solos ricos e bom clima, cultivaram-se cereais (sobretudo trigo e aveia) e existia toda a espécie de gado, de que a ilha até meados de Quatrocentos será grande exportadora. A pouco e pouco os cereais serão substituídos por canaviais, que em meados do século XVI vão começando a ceder lugar aos vinhedos. Embora com menor interesse económico produzia-se também mel, seda, madeiras, sangue-de-drago e urzela. A este progresso corresponde uma grande expansão dos povoados, dando origem a novas paróquias. Em 1508 a vila do Funchal é elevada à categoria de cidade e nela se estabeleceu em 1514 a sede da primeira diocese. A cidade surge como um pólo aglutinador de uma população já enraizada<sup>12</sup>.

Numa terceira fase, correspondente aos finais do século XVI, as ilhas são atingidas por um fase de estagnação e isolamento, sentido nomeadamente a nível económico. A partir de então, “a Madeira ficará entregue a si própria, [tornando-se]

<sup>11</sup> SERRÃO, s/d: 231.

<sup>12</sup> RIBEIRO, 1962: 251.

cada paróquia...o centro da vida; o raio visual é o dos limites do campanário<sup>13</sup> (Figura 1).

## 2. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

A Criação de Freguesias – Apesar das precauções necessárias, o facto de estarmos a analisar um espaço em fase inicial de povoamento permite considerar o processo de criação das freguesias como indicador precioso para avaliar a intensidade do ritmo colonizador. O desmembramento ou multiplicação das paróquias em dado espaço é, por si só, um factor primordial para avaliar o surto do mesmo<sup>14</sup>. Veja-se o exemplo do Porto Santo, que até finais do século XVI possuía apenas uma paróquia, por nunca ter ultrapassado os 900 habitantes.

Tabela 1. Datas de Criação das paróquias nas ilhas da Madeira e de Porto Santo

Freguesias	Datas de Criação	Freguesias	Datas de Criação
S. Maria Maior	1437 ; 1557	Tabua	1566
Sé	1508	Ponta Sol	1450
S. Pedro	1566 ; 1587	Canhas	1581
S. Roque	1579	Madalena	1581
S. Martinho	1579	Arco Calheta	1572
Santo António	1521/1527	Calheta	1430
N. Senhora do Monte	1565	Est. Calheta	1562
S. Gonçalo	1588	Fajã Ovelha	1550
Caniço	1527	Ponta Pargo	1522
Gaula	1512	Porto Moniz	1540
Santa Cruz	1450	Seixal	1553
Água de Pena	1561	S. Vicente	4º Quartel XV (?)
Machico	1450	Ponta Delgada	1520
Caniçal	1561	S. Jorge	1517
Câmara Lobos	1430	Santana	1558 (?)
Est. Câmara de Lobos Lobos	1509	Faial	1516
Campanário	1508	Porto Cruz	1577
Ribeira Brava	1440	Porto Santo	Séc. XV (?)

Fonte: *Elucidário Madeirense*, 1983: 52/53

<sup>13</sup> FRUTUOSO, 1983: 217-219.

<sup>14</sup> MARQUES, 1981: 19.

Os critérios de criação das paróquias eram essencialmente demográficos e económicos, mas também de prestígio. O próprio sistema de concessão da terra sob a forma de sesmarias levou numa primeira fase à fundação de capelas de opulência variável, consoante as posses e devoção dos seus principais proprietários. Desta forma surgiram os primeiros centros de devoção, correspondendo às futuras paróquias, só arregimentadas à medida que se ia formalizando a organização jurídico-administrativa e religiosa do território insular.

Na Madeira a origem das primeiras paróquias coincidiu com o início da ocupação humana, a mais antiga das quais no Funchal, com sede numa capela situada em Nossa Senhora do Calhau. Inicialmente a sua área era muito vasta, não correspondendo ainda à evolução populacional. Pela mesma época outros centros espirituais iam sendo fundados, obedecendo a sua distribuição às já mencionadas razões geográficas e económicas. De criação quatrocentista surge na costa sul a este do Funchal o Caniço, Machico e Santa Cruz e a oeste Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta. Na costa norte, os primeiros povoadores fixaram-se em São Vicente, pertença da capitania do Machico (Tabela 1).

Dada a escassez documental é difícil acompanhar a evolução paroquial madeirense. Dificuldades de comunicação e dispersão do povoamento levaram com frequência à procura de soluções de autonomia relativa de certas capelas em relação às igrejas paroquiais de que dependiam. Vários foram os curatos autónomos, muitos dos quais terão em pleno século XVI autonomia suficiente para efectuarem assentos de baptismo, casamento e óbito. No termo do Funchal, por exemplo, as capelas de São Martinho, Santo António, São Roque, Nossa Senhora do Monte e Nossa Senhora das Neves já na primeira metade de Quinhentos formavam outros tantos centros populacionais e constituíam fazendas povoadas de relativa dimensão.

Nos antípodas das razões que nos podem levar a considerar o ritmo de criação das paróquias como indicador de crescimento populacional, há que referir os lugares onde o estabelecimento de paróquias decorreu da necessidade de assistir espiritualmente um grupo isolado e pequeno de almas, como sucedeu no caso do Caniçal e dos núcleos da costa norte e extremo ocidental.

A partir de meados de Quinhentos assiste-se por toda a ilha à rápida criação de freguesias, justificada pela necessidade de cuidar das muitas almas já então radicadas. Das áreas de origem quatrocentista se desmembraram novas paróquias, quando a população foi galgando os montes e lombas. As dinâmicas de desenvolvimento económico explicam no início do século XVI o aparecimento da freguesia da Sé, que substitui Nossa Senhora do Calhau, bem como da freguesia de Estreito da Câmara de Lobos, desmembrada a partir da Câmara de Lobos.

O fenómeno intensifica-se nas décadas de 50 a 70. O crescimento do Funchal e a invasão das encostas vizinhas justifica os sucessivos desmembramentos e desmultipli-

cação do termo ao longo dos anos 60 e 70, até atingir um máximo de oito freguesias em 1600. Em 1566 um relato coevo estima existirem na cidade entre 1300 e 1400 vizinhos, além de quatro engenhos com muitos trabalhadores. O Funchal “cresceu de poucos anos a esta parte” e os curas “não podem acudir a tantos nem trazer conta com tanta gente assy polla multidão como por Estarem mujto Espalhados”, sobretudo “na parte no cabo da cidade, onde se situa a ermida da Invocação de São Pedro”<sup>15</sup>. Criam-se Nossa Senhora do Monte e São Pedro, em 1579 São Roque e São Martinho e em 1587 recria-se a freguesia de São Pedro, extinta quando da criação das duas anteriores.

Mas o fenómeno não se limita ao Funchal. Em 1577 é fundada na costa norte a freguesia de Santana a partir de São Jorge e em 1581 é criada a Madalena do Mar, desmembrada da Ponta do Sol. Haverá que esperar até 28 de Dezembro de 1676 para assistir a novas criações paroquiais<sup>16</sup>. Se relacionarmos este facto com o desenvolvimento económico e as dificuldades de penetração do povoamento para o interior por condicionalismos geográficos, ganha consistência a hipótese da já aludida estagnação, alargada nos seus efeitos à dinâmica populacional. A crise parece ter levado mesmo ao abandono da ilha em direcção a zonas mais atractivas, nomeadamente os Açores e sobretudo o Brasil.

**As descrições** – As descrições efectuadas pelos viajantes que às ilhas se deslocaram em diferentes momentos constituem outras fontes preciosas de informação. A primeira, já aqui referida, data de 1455 e é da autoria de Cadamosto, mas será no século XVI que elas se tornam mais frequentes, embora com graus diversos de fiabilidade e rigor, como a *Viagem de Pompeo Arditì de Pesaro*<sup>17</sup> de 1567 e a *Descrittione de l'Isola de la Madera*<sup>18</sup>, efectuada em 1530 por Giuli Landi. Mas podemos usar outros tipos de documentação para obter uma imagem sobre o evoluir da população madeirense durante o período visado. Tal objectivo exclui, à partida, referências dispersas que encontramos em fontes oficiais ligadas à necessidade de organização socioeconómica e administrativa do espaço insular. Normalmente conseguidas com propósitos fiscais, os valores adiantados são dispersos no tempo e têm um carácter meramente pontual.

Na realidade existem vários tipos de documentação com dados suficientemente consistentes para permitirem ilações sobre a população das ilhas, considerada como um todo e à escala paroquial (Tabela 2). O mais conhecido é o manuscrito de Gaspar Frutuoso, *As Saudades da Terra*. O Livro Segundo, redigido entre 1583 e 1584, inclui uma descrição geográfica e toponímica da ilha, com indicações sobre o total de fogos

<sup>15</sup> IAN/TT – *Cabido da Sé do Funchal*, 2, doc. 14 (20/Jun/1566).

<sup>16</sup> Para acompanhar a evolução madeirense e as áreas donde foram desmembradas cada uma das paróquias, veja-se VIEIRA, 1987.

<sup>17</sup> *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 1948: 173-183.

<sup>18</sup> FRUTUOSO, 1968.

de quase todas as paróquias, os quais se reportam ao período 1579-1583, embora de fonte desconhecida. O tomo acrescenta informações suplementares fornecidas por Jerónimo Dias Leite, Cónego da Sé. A edição de 1873 de *As Saudades da Terra*, anotada por Álvaro Rodrigues de Azevedo, menciona também vários alvarás régios datados entre 1579 e 1591, que determinaram a criação das paróquias e onde se mencionava o montante da cóngrua do pároco, actualizada de acordo com o volume de paroquianos<sup>19</sup>. Por último, refira-se o *Recençamento dos fogos Almas Fregesias e mais Igrejas que tem a Ilha da Madeira...*<sup>20</sup>, publicado por J. Brito Gomes e datável de 1598. Esta é a fonte mais completa, por incluir fogos, almas e o total de menores de 7 anos para as 36 freguesias da Madeira e Porto Santo.

**Avaliações globais e densidades de povoamento** – Apesar das limitações impostas pelas fontes, é possível obter uma ideia aproximada sobre a evolução do total de residentes nas ilhas entre 1453 e inícios do século XVII, cujos resultados relativos ao total de fogos e almas se apresentam na Tabela 2.

Tabela 2. Evolução Global da População Madeirense

Datas	Fogos	Habitantes	Observações	Fonte
1453	150	–	–	G. E. Zurara, ob. cit., cap. 83
1455	800	[4560]	–	Cadamosto, ob. cit.
Final séc. XV		15/18000	2000 são escravos	Eluc. Madeirense, vol. III, 133
1500	–	18000	2000 são escravos	Idem, vol. III, 103
1552	–	20000	–	Idem, vol. I, 408
1567	–	18/20000	–	Pompeo Arditì, ob. cit.
1572	–	22172	3000 são escravos	Eluc. Madeirense, vol. III, 103
1579	–	c. 25000	3000 são escravos	Idem, vol. II, 468
1580	–	21800	–	Idem, vol. III, 103
1585	6045	–	–	Gaspar Frutuoso, ob. cit.
1590	–	29548	–	Eluc. Madeirense, vol. III, 103
1594	–	28820	–	Visita Ad Limina
1598	5328	29028	–	Recençamento...
1614	–	28345	–	Eluc. Madeirense, vol. III, 103

Fonte: Elaboração própria com base nas fontes citadas.

<sup>19</sup> Embora só esporadicamente indiquem o número de fogos, a disciplina introduzida pelo alvará de 11 de Dezembro de 1572 estabelece a avaliação da seguinte ordem de grandeza: Paróquias com mais de 200 fogos, cóngrua de 34 mil reais; de 100 até 200 fogos, cóngrua de 25 mil reais; até 100 fogos, 20 mil reais (FRUTUOSO, 1968: 535, Nota 1).

<sup>20</sup> GOMES, 1932: 28-35.

Entre 1453 e 1455 o número de fogos sobe de 150 a 800, valor surpreendente que poderá ser real, porque corresponde à fase de instalação, desconhecendo-se os valores relativos ao total de habitantes. Em relação à primeira data, Zurara afirma que o quantitativo adiantado não incluía mercadores, homens e mulheres solteiras e mancebos, o que torna impossível estimar a população a partir da aplicação de um coeficiente ao número de fogos, estimativa que, no entanto, efectuámos para o total adiantado para 1455 por Cadamosto. Nas ilhas existiriam então cerca de 4500 pessoas, se considerarmos uma dimensão média de 5,7 habitantes por fogo, semelhante à encontrada para o século XVI. Só voltamos a conhecer o número total de fogos no último quartel de Quinhentos, mas a complexidade dos mesmos, ao incluírem engenhos e fazendas de açúcar de composição complexa, dificulta a comparação no tempo. Assim, a descida dos valores entre 1585 (dados a que faltam algumas freguesias) e 1598 (onde apenas é omissa a pequena freguesia de Porto da Cruz) poderá estar ligada à crise da economia açucareira ou apenas a um diferente critério na contagem.

Mau grado estas limitações de índole qualitativa possuímos informações que permitem acompanhar a evolução do volume de habitantes, embora nem sempre saibamos se os valores incluem Porto Santo e seja difícil verificar a inclusão de alguns grupos, como os escravos (entre 2 e 3 milhares, 11 a 14% da população total, consoante as épocas), militares, eclesiásticos, transeuntes (em número significativo, dadas as actividades económicas predominantes). É igualmente impossível determinar se os totais contabilizam os menores de 7 anos, questão não menosprezável, uma vez que em 1598 o grupo representava 27,7% do total de residentes.

Os valores da Tabela 2 incluem algumas correcções introduzidas aos quantitativos referidos pelas fontes. Em 1500 às 16 mil almas contabilizadas somámos 2 mil escravos estimados para a época e em 1572 às 19172 almas acrescentamos 3 mil escravos. Este último valor é baseado em Gaspar Frutuoso, segundo o qual um rol de confessados efectuado na Quaresma de 1552 apontara o volume de 2700 escravos no Funchal e termo, a que haveria de acrescer mais de 300 chegados à ilha até 1566. Dado que este período corresponde à época áurea do emprego de mão-de-obra escrava, é de crer que tal valor não tenha sido ultrapassado, pelo menos até finais dos anos 70. É possível que as 21800 almas imputadas ao ano de 1580 excluam os escravos, grupo que todos os autores coevos afirmam ter decrescido na sequência do declínio dos engenhos e por via da alforria e miscigenação. Sabemos, no entanto, que os totais adiantados para a última década da centúria abarcam toda a população, uma vez que foram compilados a partir dos efectivos registados nos róis de confessados. A inserção do número de residentes de 1614 destina-se a complementar a análise sobre as fases de crescimento populacional insular, uma vez que as *Visitas ad Limina* redigidas em 1599 e 1601 mantêm os totais apontados em 1594, o que as torna inutilizáveis.

Em termos gerais, a população das ilhas aumenta quase 540% entre o início do povoamento e o fim do século XVI. Este resultado extremamente elevado esconde distintas fases, cuja análise se torna mais clara através do cálculo das taxas de crescimento anual médio, embora estas apenas traduzam ordens de grandeza, dada a pouca fiabilidade dos dados (Tabela 3). No período que decorre entre 1455 e inícios de XVI o facto de decorrer ainda a fase de instalação, com chegadas regulares de gente do Reino explica o resultado das taxas de crescimento anual médio, que ultrapassam os três pontos percentuais. Durante a primeira metade de Quinhentos o aumento demográfico fixa-se em níveis próximos de zero. Muito lento de início, torna-se progressivamente mais rápido à medida que avança a segunda parte da centúria, mas a recta final de Quinhentos e os primeiros anos de seiscentos são uma vez mais de estagnação. O número de efectivos reduz-se 0,1% ao ano na viragem para o século XVII.

Tabela 3. Crescimento Anual Médio da População Madeirense (%)

Anos	T.C.A.M.
1455- 1500	3,1
1500- 1552	0,2
1552- 1572	0,5
1572- 1598	0,9
1598- 1614	- 0,1

Fonte: Elaboração própria com base nas fontes citadas na Tabela 2.

A Tabela 4 corrobora as conclusões anteriores, testemunhando o aumento das densidades de povoamento, embora este indicador não traduza da melhor forma as dinâmicas da ocupação humana. A densidade populacional passa dos 5,8 hab/km<sup>2</sup> em meados do século XV para 23 no início da centúria seguinte, acréscimo de quase 300% em menos de meio século. Como esperado, durante o século XVI o aumento é gradual embora contínuo, com uma ligeira inflexão na última década (passa de 37,7 hab/km<sup>2</sup> para 37,1). Considerando apenas a Madeira, a densidade de povoamento passa de 6,2 hab/km<sup>2</sup> em meados de XV, para 38,0 em 1598. Nesta última data, a densidade estimada para o Porto Santo só dificilmente atinge os 21,5 hab/km<sup>2</sup>.

**Tabela 4.** Densidade de Povoamento na Madeira

Anos	Densidade (hab/km <sup>2</sup> )
1455	5,8
1500	23,0
1552	25,5
1572	28,3
1590	37,7
1598	37,1

Fonte: Elaboração própria com base nas fontes citadas na Tabela 2.

Na Madeira era elevada a dimensão dos fogos, ou seja, o número de habitantes que em média residiam em cada núcleo habitacional, o qual atinge ao findar o século XVI o valor provável de 5,7 habitantes, resultado muito superior aos 4 a 4,5 registados em média no mesmo período em Lisboa, Coimbra ou Algarve. Mas a já mencionada diversidade quanto às formas de habitação, nomeadamente devido à escravatura e às formas de exploração típicas da economia açucareira, reflectem-se nestes valores finais, que só quando relacionados com a actividade económica prevalecente em termos paroquiais adquire algum significado.

**As freguesias e a sua evolução populacional** – A Tabela 5 apresenta o número total de fogos e almas de 26 das 35 freguesias do arquipélago para a segunda metade do século XVI, com base em alvarás passados entre os anos de 1572 e 1591<sup>21</sup>. Das freguesias omissas apenas uma tem menos de 100 fogos, seis contam entre 100 e 200 e duas têm mais de 200 fogos, não contando mais de 25% do total provável de residentes.

**Tabela 5.** Número total de Fogos na Madeira, por freguesias (2ª metade do século XVI)

Freguesias	Fogos		
	1572/91	1579/83	1598
Santa Maria Maior	348	–	
Sé	>200		1891
S. Pedro	288		
S. Roque	>100	2000	–
S. Martinho	>100	–	

<sup>21</sup> Cf. MELO, 1979: 42.

**Tabela 5.** Número total de Fogos na Madeira, por freguesias (2ª metade do século XVI) (cont.)

Freguesias	Fogos		
	1572/91	1579/83	1598
Santo António	120	–	388
N. Senhora Monte	57		
S. Gonçalo	40		–
Canico	136	200	200
Gaula	72	30	64
Santa Cruz	>200	800	300
Água de Pena	38	–	28
Machico	275	500/600	210
Canical	9	15	8
Câmara de Lobos	>200	200	134
Est. Câmara Lobos	80		97
Campanário	>100	100	85
Ribeira Brava	254	300	208
Tábua	53	30	74
Ponta Sol	262	500	193
Canhas	>100		80
Madalena	<100	30	23
Arco Calheta	113		123
Calheta	300	400	297
Estreito da Calheta	105	40	154
Fajã Ovelha	52	–	70
Ponta Pargo	46	200	63
Porto Moniz	33		104
Seixal	17	20	18
S. Vicente	120	250	120
Ponta Delgada	43	60	26
S. Jorge	106	100	87
Santana	50	40	55
Faial	109	100	42
Porto Cruz	30	30	–
Porto Santo	–	–	174
TOTAL		5995	5316

**Fonte:** 1572/91 informações dos alvarás, 1579/83 *Saudades da Terra* e 1598 *Reçençamento...*

Os quantitativos adiantados por Gaspar Frutuoso e pelo redactor do arrolamento de 1598 representam as melhores fontes que possuímos para o século XVI sobre esta matéria, pese embora o facto de vermos a nossa análise limitada aos últimos anos da centúria. A primeira enferma de diversas limitações qualitativas, das quais é especialmente evidente a agregação das freguesias do Funchal e termo, o que nos impede de avaliar o seu peso populacional, bem como o arredondamento dos números às dezenas ou centenas. Ao contrário do autor de 1598, Frutuoso não tem como objectivo prioritário o registo dos fogos existentes nas povoações, pelo que os totais que aponta surgem a propósito dos considerandos que tece sobre o ritmo de desenvolvimento de cada lugar desde a sua fundação, servindo apenas para avaliar a sua grandeza.

Ainda assim, a sua listagem permite várias conclusões, a primeira das quais se relaciona com a macrocefalia da cidade do Funchal e seu termo, que conta 2000 fogos, sendo três a quatro vezes mais populosa que qualquer outro núcleo. Seguem-se as vilas de Santa Cruz, com 800 fogos, e o Machico, com mais de 500. Ponta do Sol e Calheta vêm em seguida, respectivamente com 500 e 400 fogos, embora seja provável que estes incluam os das povoações de Canhas (a primeira) e Arco (a segunda), para as quais se omite o valor correspondente. Torna-se ainda mais nítida a hierarquia entre as freguesias mais populosas, que não difere substancialmente da observada a partir dos alvarás. Mantém-se não obstante a dicotomia entre as costas norte e sul. Na parte norte apenas São Vicente conta 250 fogos, Faial e São Jorge rondam a centena e as restantes povoações fixam-se em valores muito reduzidos, com um mínimo de 20 fogos registados no Seixal. Assim, a interioridade e o isolamento são factores restritivos à fixação populacional. De facto, também na costa sul as freguesias com menos de 100 fogos estão quase todas situadas nas encostas da ilha ou para interior (Gaula, Tábua, Madalena, Estreito da Calheta). O isolamento e os constantes assaltos de corsários e piratas explicam os escassos 15 fogos que conta a freguesia do Caniçal.

Até finais do século são pouco significativas as alterações a este panorama. O documento de 1598 explica as razões da decadência de certas zonas da ilha, que atribui à crise da produção açucareira. Vítimas desta ocorrência surgem as vilas de Santa Cruz, Machico e ainda Ponta do Sol, Tábua e Arco da Calheta. Uma inundação recente explica o decréscimo da freguesia da Ribeira Brava, enquanto o Caniçal continua sem se povoar, devido aos perigos a que estava sujeito. Entre a redacção de Gaspar Frutuoso e 1598 todas as freguesias decresceram, à excepção do Funchal e termo, que aumentam cerca de 279 fogos (14%) e do Caniço, na área de influência da cidade, que mantém os seus 200 fogos. O retrocesso populacional atinge com especial intensidade as áreas economicamente mais débeis, incluindo as freguesias do norte, pelo que não devemos imputar à recessão açucareira a total

responsabilidade pela crise então sentida. Além do número de fogos por paróquia, a fonte de 1598 inclui as almas de confissão, bem como os religiosos existentes nas freguesias. Refere ainda a existência de 8000 menores de 7 anos na ilha da Madeira, embora sem apresentar a sua distribuição por localidades.

De forma a aprofundar a análise destes dados, decidimos distribuir proporcionalmente a população menor que, como vimos, correspondia a 27,7% do conjunto de efectivos<sup>22</sup>. Os valores conseguidos através dessa redistribuição fazem parte da Tabela 6, que inclui a população menor nos cálculos da dimensão média dos fogos.

Tabela 6. População Estimada e Dimensão Média dos Fogos no Arquipélago (1598)

	Freguesias	Almas	Pop. Estimada	Hab./Fogo
1	Santa Maria Maior	–	–	
2	Sé	8100 + 153	10521	5,56
3	S. Pedro			
4	S. Roque	–	–	–
5	S. Martinho	–		
6	Santo António	2388	3057	7,88
7	N. Senhora Monte	–	–	–
8	S. Gonçalo	–	–	–
9	Caniço	627	1027	4,74
10	Gaula	241	308	5,37
11	Santa Cruz	998 + 18	1295	4,93
12	Água de Pena	138	177	6,53
13	Machico	792	1014	5,37
14	Caniçal	26	33	4,85
15	Câmara de Lobos	510 + 12	665	5,41
16	Est. Câmara Lobos Lobos	404	517	5,76
17	Campanário	309	396	5,24
18	Ribeira Brava	756	968	5,23
19	Tábua	264	338	5,17

<sup>22</sup> A população estimada por freguesias resultou da soma de 27,7% (percentagem dos menores) aos totais de almas arroladas, subtraindo-lhes os religiosos, camada social à qual não faria sentido acrescentar a população menor. Assim: 1º Passo – Número de almas de confissão – religiosos; 2º Passo – Valor de 1ºx27,7%; 3º Passo – Valor de 2º + Religiosos.

**Tabela 6.** População Estimada e Dimensão Média dos Fogos no Arquipélago (1598) (cont.)

	Freguesias	Almas	Pop. Estimada	Hab./Fogo
20	Ponta Sol	781	1000	5,65
21	Canhas	278	356	5,08
22	Madalena	126	161	7,08
23	Arco Calheta	490	627	5,58
24	Calheta	1129	1445	5,40
25	Estreito Calheta	553	708	5,19
26	Fajã Ovelha	271	347	5,47
27	Ponta Pargo	198	253	4,74
28	Porto Moniz	374	479	5,20
29	Seixal	50	64	4,38
30	S. Vicente	397	508	4,91
31	Ponta Delgada	110	141	5,83
32	S. Jorge	280	358	4,82
33	Santana	184	235	4,95
34	Faial	188	241	6,08
35	Porto Cruz	–	–	–
36	Porto Santo	720	908	–
	<b>TOTAL</b>	21865	22053	5,70
	Menores 7 anos	=<8000		

Fonte: Elaboração própria, a partir do *Reçençamento...*

Com 908 residentes, a ilha de Porto Santo representa apenas 3,1% do total insular. Na Madeira o Funchal mantém o seu papel aglutinador, residindo na cidade mais de 10 milhares de indivíduos, perto de metade dos recenseados (49,8%), valor que ascende a 64% se considerarmos as freguesias do termo próximo. Seis outras povoações apresentam efectivos superiores ao milhar. A Calheta conta 1500 habitantes e Santa Cruz cede o terceiro lugar habitualmente ocupado, fixando-se agora nas 1300 almas. Vêm de seguida, muito próximas do milhar, o Caniço, a vila do Machico, Ponta do Sol e Ribeira Brava. A grande distância seguem as demais freguesias, algumas das quais de dimensões reduzidas. Na costa norte só São Vicente possui mais de 500 habitantes, seguida por Ponta Delgada, com 358 almas. As restantes atingem no máximo 300 almas.

## Os Comportamentos Demográficos

Os registos paroquiais permitem aprofundar alguns aspectos sobre o comportamento demográfico das populações em épocas tão recuadas como as que vimos a analisar e são fontes de extrema importância, ao permitirem construir séries de relativa fiabilidade desde o século XVI, embora se admita a sua realização em casos pontuais em datas mais recuadas. Testemunhas dos grandes acontecimentos na vida de cada indivíduo (nascimento, baptismo, casamento e morte), os registos fornecem também indicações preciosas sobre as formas de estruturação social, alargando-se a campos tão diversos como profissões, estratégias matrimoniais e ligações sociais através de uma política complexa de compadrios. Um estudo baseado neste tipo de dados permite compreender as formas de organização socioeconómica e de poder local, as actividades económicas predominantes, as famílias relevantes e o tipo de relações estabelecidas entre as mesmas. Não obstante trata-se de uma análise com carácter monográfico e exaustivo, morosa e que implica a adopção de metodologias específicas. Por outro lado, há que considerar a qualidade dos dados disponíveis. De facto, para datas mais recuadas, os registos enfermam de alguns problemas qualitativos, que dificultam a sua utilização, embora não invalidem as conclusões obtidas através da sua análise mais detalhada.

**A qualidade dos registos paroquiais** – Esta fonte de origem eclesiástica foi instaurada na Madeira em 1538. Três regimentos do Arcebispo Primaz das Índias e de todas as terras novas descobertas regulam o princípio e forma dos assentos de baptismo (a 19 de Julho), óbito (18 de Novembro) e casamento (6 de Dezembro), cuja redacção se inicia de imediato na Sé e em Santa Cruz. Este procedimento foi rapidamente seguido nas demais, embora se tenha perdido a maioria dos livros paroquiais desses primeiros anos, devido aos saques e incêndios que vitimaram a região. À excepção da maior paróquia da ilha, a Sé, os primeiros actos foram inscritos num livro único para os três tipos de assento, embora em fólios separados<sup>23</sup>. No início do primeiro livro de cada paróquia incluía-se uma cópia dos regimentos, idênticos aos constantes dos Livros 1 de Baptismos, Casamentos e Óbitos (Anexo I). Para cada tipo de acto enumera-se a informação a recolher pelo responsável eclesiástico<sup>24</sup>. As disposições iniciais não serão alteradas até final da Centúria, embora tenha sido determinada a obrigatoriedade da divisão dos registos em três livros separados a partir de 1600, para facilitar a consulta dos assentos, então já numerosos. De facto, em várias momentos as autoridades parecem preocupar-se com o controle da qualidade dos actos, que

<sup>23</sup> Cf. Índice de fontes no final.

<sup>24</sup> PINTO e RODRIGUES, 1993: 421.

a distância, a relativa autonomia local e as diferentes formações literárias dos párocos poderiam fazer perigar. Acresce ainda o facto de numa só freguesia os autores dos assentos serem vários (cura, vigário, beneficiados, pregadores, clérigos e até um mestre-escola).

Embora surjam indícios de uma melhoria gradual nas formas de registo, só no último quartel de Quinhentos aparecem tentativas sérias de controlo qualitativo das informações, através das visitas. A primeira visita na Madeira data de 10 de Janeiro de 1589 e foi efectuada à paróquia da Sé, mas só a partir do início da década de 90 elas se tornam regulares em toda a ilha. Das 62 visitas realizadas entre 1592 e 1599 destacam-se os anos de 1594, 1595 e 1597 em que foram realizadas visitas gerais.

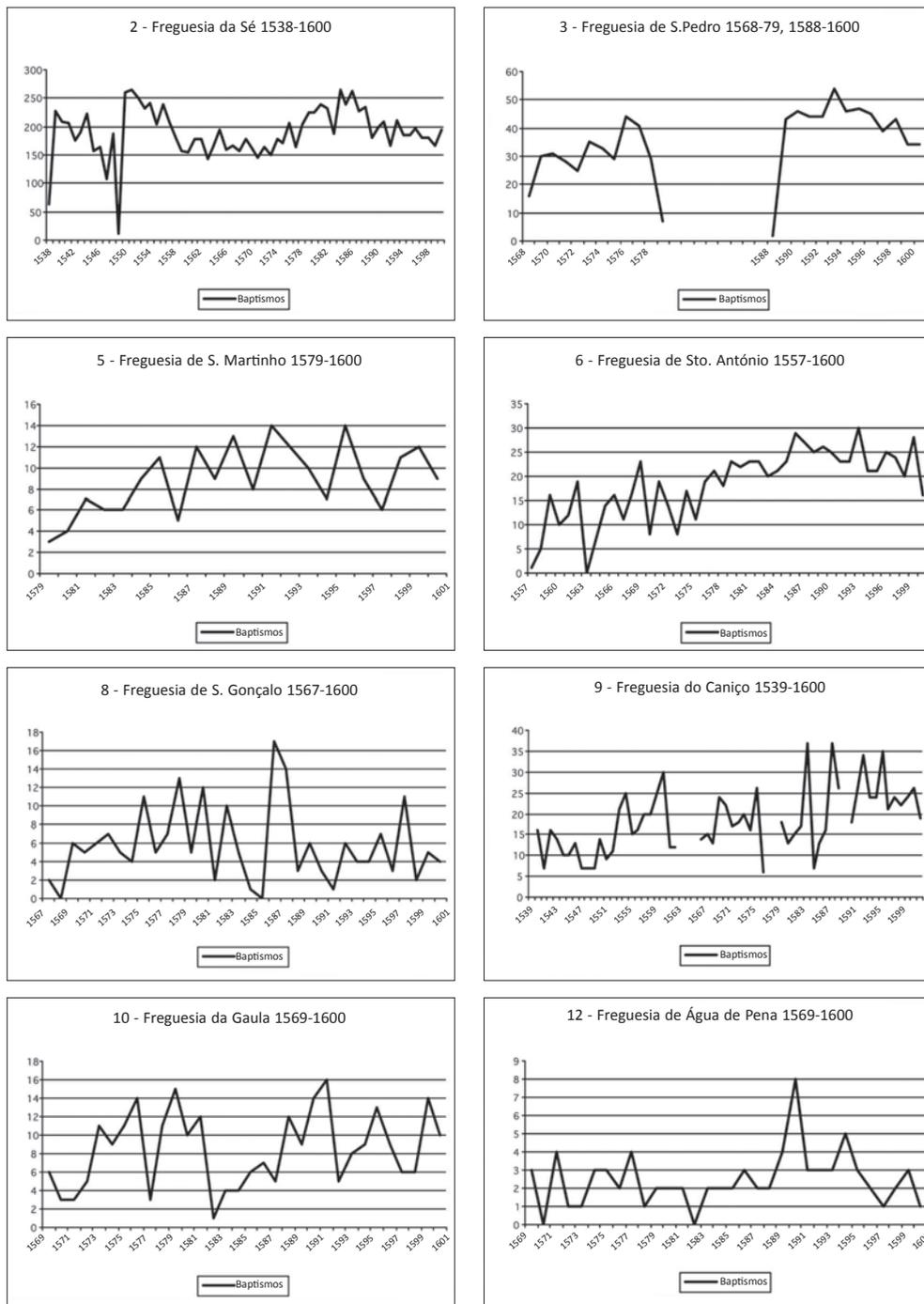
Em cada visita eram efectuadas consultas aos livros paroquiais e assentes os reparos surgidos a propósito da sua qualidade<sup>25</sup>. Os mais comuns relacionam-se com omissões de dados identificativos, como a naturalidade dos pais e padrinhos da criança baptizada ou a profissão, cuja obrigatoriedade de menção fora determinada pelo regimento de 1538. Em termos gerais os baptismos possuem melhor qualidade que os actos de casamento. Em certos casos os responsáveis pelo registo omitem a freguesia de naturalidade dos noivos, a sua profissão, se e como correram os banhos. A questão é tanto mais importante, quanto se sabe existirem muitas irregularidades no estado dos nubentes. Assim, critica-se a informalidade na redacção do acto, onde se desconhece a presença das duas testemunhas obrigatórias, uma vez que estas muitas vezes não assinam os actos. Mas são os registos paroquiais de óbito que levantam maiores problemas. Muitos omitem o local de enterro e o tipo de sacramentos recebidos, outros a existência de testamento. Duma forma global “os termos não vão em boa forma”, como refere o visitador de Canhas em 1594. Faltam os menores em todas as freguesias e em muitos casos mesmo os maiores de confissão que faleceram sem testamento, provavelmente grande parte da população.

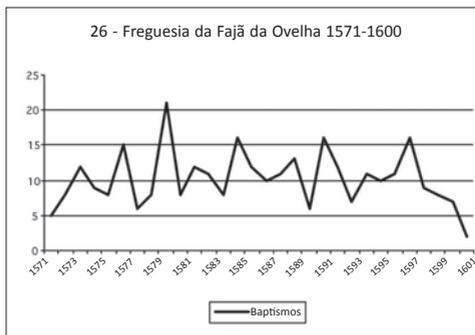
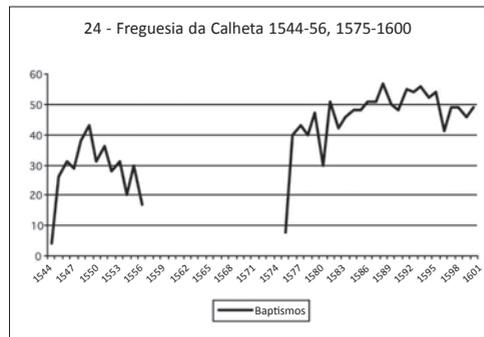
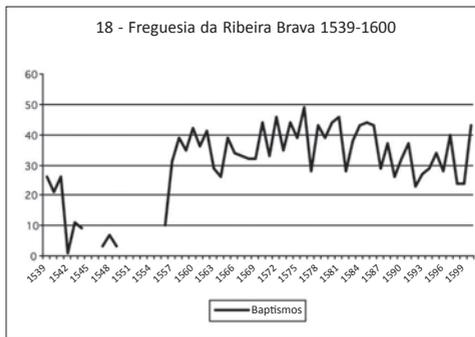
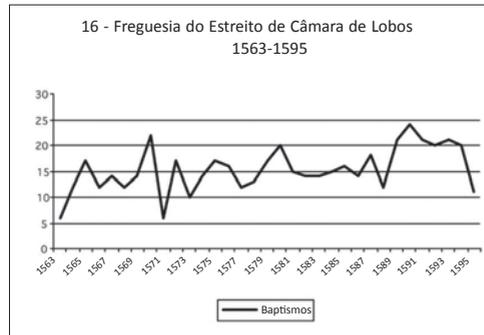
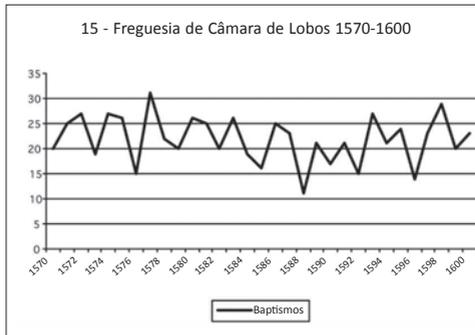
**Dinâmicas populacionais** – As séries paroquiais facultam uma visão de conjunto sobre as grandes linhas de tendência de crescimento populacional. Embora fosse mais correcta a análise do conjunto das curvas dos três tipos de registo (baptismos, óbitos e casamentos), o facto das séries correspondentes aos dois últimos serem muito lacunares (Anexo II) e estarem subavaliadas levou-nos a tentar encontrar as diversas fases de evolução populacional recorrendo apenas às 13 séries mais consistentes de registo de baptismos (Anexo II) (Figura 2).

---

<sup>25</sup> PINTO e RODRIGUES, 1993: 422-423.

Figura 2. Evolução dos Baptismos nas Freguesias da Madeira





Fonte:  
Registos Paroquiais, elaboração própria.  
Nota: A numeração das freguesias corresponde às da Tabela 6.

A configuração destas linhas é em tudo semelhante à encontrada noutros espaços para a mesma época, nomeadamente se atendermos à sua forma típica de dentes de serra. No entanto, apesar das irregularidades, é possível discernir vários momentos de viragem nas tendências observadas. Iniciando a análise pelas 5 freguesias da cidade e termo, detecta-se uma primeira fase descendente entre 1539 e 1547. Os valores sobem de seguida até cerca de 1555, ano em que se inicia novo declínio do total de nascimentos. A partir dos anos 60 entra-se numa fase de estabilidade, que se prolonga até 1579. Os totais voltam a subir até 1586/87, iniciando-se então novo período de lenta descida, que se estende para lá do final do século. Esta alternância de tendências é idêntica em todas as freguesias.

Para leste do Funchal podemos analisar os totais das freguesias do Caniço, Gaula e Água de Pena. As primeiras décadas de XVI parecem ser de estabilidade relativa, a julgar pela série existente. A tendência é ascendente até 1576/78, invertendo-se e atingindo valores mínimos em 1583/84. As curvas voltam a subir até inícios dos anos 90, época em que principia novo período de equilíbrio. Para oeste do Funchal, possuímos dados para 5 freguesias, embora se limitem na primeira metade da centúria à Calheta, dado que os valores da Ribeira Brava não merecem confiança. Entre 1545 e 1557 a paróquia considerada regista uma tendência negativa. Os totais referentes à segunda metade de Quinhentos permitem distinguir um período relativamente estável, seguido de um aumento que atinge o seu auge entre 1577 e 1581 e estabiliza em alta. A única alteração visível é causada pelo surto epidémico de finais do Século.

Sintetizando, podemos afirmar que na primeira metade do século XVI, as tendências de crescimento da população madeirense parecem divergir, conforme nos situamos no Funchal ou a este ou oeste dele. No referente à segunda parte da centúria existe uma consonância de comportamentos entre as freguesias da cidade e a região para oeste da mesma, distinta da verificada a leste. No primeiro grupo a década inicial corresponde a uma fase de declínio, seguida de uma de estabilidade até finais dos anos 70. Enquanto a oeste se segue um curto período de aumento dos totais de baptismos, que termina cerca de 1581, no Funchal esta fase prolonga-se até ao final da década. Ambas são seguidas de anos estáveis, que se estendem para além de 1600.

As tendências apontadas não contrariam as conclusões baseadas nas descrições dos totais de efectivos, antes as complementam, por permitirem descer ao pormenor e verificar a alternância de ritmos e fases de evolução a nível local, que nos permite agregar a ilha da Madeira em três conjuntos de freguesias, sendo maiores as semelhanças entre as duas primeiras.: Funchal, freguesias a oeste e a leste. O facto de não possuímos os valores relativos à costa norte impede-nos de conhecer o comportamento dessa zona, provavelmente diverso dos restantes.

**Alguns indicadores micro demográficos** – A relativa escassez de informações sobre o total de efectivos por paróquia e a qualidade dos dados de registo paroquial limitaram o tipo de indicadores sobre os comportamentos dos madeirenses em termos de fecundidade, mortalidade e nupcialidade. No entanto, foi possível calcular taxas brutas<sup>26</sup> de cada variável para 1598, momento em que pela única vez

---

<sup>26</sup> Taxas Brutas = (Total médio de acontecimentos/ População) \* 1000. As taxas brutas das freguesias da cidade não incluem os totais de registos de Santa Maria Maior e Nossa Senhora do Monte, o que faz aumentar a subavaliação dos dados (PINTO e RODRIGUES, 1993: 430).

possuímos indicações sobre número de habitantes e de actos anuais verificados na maioria das freguesias da costa sul (Tabela 7)<sup>27</sup>.

Numa primeira análise verifica-se que os resultados são demasiado baixos em todas as variáveis, embora particularmente gravosos no caso da mortalidade, o que significa a existência de um subregisto generalizado em todos os tipos de ocorrências, apenas detectável esporadicamente na análise da qualidade dos mesmos. Exceptua-se a freguesia do Campanário, onde as taxas brutas atingem 40, 35 e 10‰, respectivamente em termos de natalidade, mortalidade e nupcialidade. Em relação à primeira observam-se ainda valores plausíveis no Estreito de Câmara de Lobos, em Tábua e na Calheta. Na cidade do Funchal, em Água de Pena e no Caniçal, ao invés, os níveis de natalidade não chegam a atingir 20‰, cerca de metade do que seria normal, mesmo sem contar com os baptismos de escravos adultos.

Tabela 7. Taxas Brutas de Natalidade, Nupcialidade e Mortalidade em 22 Freguesias da Madeira (c. 1598)

Freguesias	T. B. Natalidade	T. B. Nupcialidade	T. B. Mortalidade
Sé	22,1	4,6	5,0
S. Pedro	–	–	–
S. Roque	–	–	–
S. Martinho	–	–	–
Sto. António	17,3	3,2	–
S. Gonçalo	–	–	–
Caniço	25,2	3,5	8,0
Gaula	32,5	5,5	12,0
Sta. Cruz	a 24,7	5,2	11,5
Água Pena	18,6	1,1	–
Caniçal	18,2	15,2	c 38,5
Câmara Lobos	b 31,7	6,0	5,6
Est. Câmara Lobos	c 37,7	7,0	8,9
Campanário	43,8	f 10,1	f 35,6
Ribeira Brava	30,8	8,5	h 15,2
Tábua	d 35,9	5,5	d 13,9

<sup>27</sup> Os valores da Tabela 7 foram calculados com as médias decenais de baptismos, casamentos e óbitos (1590/1599), excepto nos seguintes casos: a - 1597/1600; b - 1590/95; c - 1598/00; d - 1592/00; e - 1599/00; f - 1600; g - 1595/00; h - 1590/91 e i - 1596/00.

**Tabela 7.** Taxas Brutas de Natalidade, Nupcialidade e Mortalidade em 22 Freguesias da Madeira (c. 1598) (cont.)

Freguesias	T. B. Natalidade	T. B. Nupcialidade	T. B. Mortalidade
Ponta Sol	26,4	6,8	8,3
Canhas	–	d 15,3	d 29,2
Arco Calheta	d 33,7	8,5	–
Calheta	34,9	–	14,0
Estreito Calheta	e 21,9	–	i 20,3
Fajã Ovelha	29,4	g 7,2	–

Fonte: Elaboração própria com base em PINTO & RODRIGUES, 1993: 459-467.

Em sociedades de Antigo Regime demográfico admitem-se valores situados entre os 8 e os 16‰, consoante o tipo de actividade económica predominante no que respeita aos níveis de nupcialidade. Assim sendo, considerando a importância dos escravos no total da população e o facto de estes na sua maioria não casarem, seria expectável que as taxas brutas de nupcialidade na Madeira fossem relativamente baixas. Assim, apenas parecem não fazerem sentido o resultado obtido nas freguesias da cidade, do Caniço e de Água de Pena.

As taxas brutas de mortalidade são as que mais evidenciam o problema de subregisto e apenas nas freguesias do Caniçal e Campanário apresentam níveis aceitáveis. Este facto é tanto mais evidente se atendermos ao facto de na maioria das freguesias a média de óbitos incluir o ano da peste de 1598, que constituiu um ano de forte sobremortalidade, bem patente nas séries paroquiais<sup>28</sup>.

No caso da Ribeira Brava a informação paroquial foi aprofundada no sentido da maior pormenorização dos dados, fundamentalmente ao nível dos baptismos, que principiámos por testar através da relação de masculinidade dos nascimentos. Em todos os períodos considerados as relações de masculinidade se situaram dentro do intervalo de confiança<sup>29</sup>, o que demonstra que, pelo menos no que respeita ao equilíbrio entre os sexos, os valores são verosímeis, embora este facto não obste a que exista um subregisto em ambos os sexos<sup>30</sup>. A informação existente permitiu ainda algumas considerações suplementares sobre o baptismo de adultos livres e escravos, que começam a surgir em 1558, embora representem menos de 2% do total. Dos 1642 baptismos registados até final do século XVI, apenas 14 foram de adultos e 16 de escravos adultos.

<sup>28</sup> PINTO e RODRIGUES, 1993: 459-467.

<sup>29</sup> NAZARETH, 1988: 186.

<sup>30</sup> PINTO e RODRIGUES, 1993: 432.

A análise dos baptismos de menores ilegítimos e enjeitados (Tabela 8) torna-se mais interessante. O volume de ilegítimos é bastante significativo quando comparado ao de enjeitados, que nunca atingem 2,5% do total de baptismos. Tal significa que pelo menos na Ribeira Brava não existia o hábito de abandonar os recém-nascidos. Já o total de crianças ilegítimas e enjeitadas regista um aumento gradual até meados da década de 70, atingindo 18,7%, o que corrobora as notícias sobre a licenciosidade dos costumes na Madeira nesta época. Mas esse momento parece marcar um ponto de viragem no que respeita à ilegitimidade e as quebras chegam a atingir 33%.

Tabela 8. Percentagens de Ilegítimos e Enjeitados no Total de Baptismos de Crianças (Ribeira Brava)

Data	Tot. Bapt. Crianças	Bap. Ileg.		Bap. Eng.		Total	
			%		%	Ileg/Eng	%
1539-41	73	10	13,7			10	13,7
1557-59	102	12	11,8	1	1,0	13	12,7
1560-64	171	26	15,2	1	0,6	27	15,8
1565-69	167	25	15,0	3	1,8	28	16,8
1570-74	198	34	17,2	3	1,5	37	18,7
1575-79	194	9	4,6	3	1,5	12	6,2
1580-84	196	10	5,1	1	0,5	11	5,6
1585-89	170	9	5,3	4	2,4	13	7,6
1590-94	146	3	2,1	1	0,7	4	2,7
1595-99	150	7	4,7			7	4,7

Fonte: Registos Paroquiais, elaboração própria.

Olhando mais pormenorizadamente os dados de base, apercebemo-nos que a maioria dos ilegítimos são filhos de escravas ou de mulheres forras. Fogem a estas duas categorias apenas 10 progenitoras, das quais uma é casada e duas viúvas. Os qualificativos sobre mulheres livres mães de ilegítimos são escassos ou inexistentes, mas o mesmo não se verifica nos restantes, mencionando-se a cor da pele (preta, mulata, mourisca ou branca). Sobre os pais destas crianças pouca informação é dada, embora se note a preocupação do pároco em referenciar a sua suspeita sobre quem possa ser. Nada sabemos sobre 92 do total de 145 casos, mas dos restantes sabemos serem escravos, trabalhadores, donos ou patrões e ainda “amigos” das mães. Uma única vez surge um eclesiástico, também designado “amigo” e ainda um fidalgo e o alcaide. Outra forma utilizada pelos párocos para designar os pais

dos ilegítimos é “pai conhecido”, sem qualquer outra indicação, desnecessária no contexto da comunidade local, porque conhecida.

**Sazonalidade** – A sazonalidade dos vários tipos de actos permite verificar a distribuição dos acontecimentos ao longo do ano<sup>31</sup>, possível no caso das séries de baptismos a partir dos anos 30. Estes interessam-nos sobretudo em termos de fecundidade, ou seja, no que respeita à sazonalidade das concepções. Tudo indica que, embora de uma forma não muito intensa, o interdito da Quaresma era cumprido, o mesmo não se podendo dizer do Advento<sup>32</sup>. Os meses em que ocorrem menos concepções são Setembro e Outubro e os de maior intensidade Abril e Maio e Dezembro e Janeiro. Nas 14 séries de registos da segunda metade do século a maioria dos nascimentos ocorre em Janeiro e Abril/Maio, voltando a ser o Verão o momento de menor volume e repetem-se os meses de menor número de concepções (Setembro a Novembro) e os de maior intensidade (Abril/Maio e Julho/Agosto).

No que respeita à nupcialidade dispomos de informação para a primeira metade do século em São Pedro e Santa Cruz e também aqui a Quaresma parece influenciar o calendário das celebrações. Em relação à segunda metade do século os valores apresentam maior coerência e o ponto alto dos matrimónios verifica-se nos meses que antecedem ou sucedem os períodos de interdição religiosa. A cidade tem um comportamento algo diverso do termo, sendo este último semelhante a quase todas as freguesias da costa sul, à excepção da Calheta. Assim, o maior número de matrimónios no Funchal ocorre nos meses de Janeiro, Abril e Maio, Outubro e Novembro, enquanto no resto da ilha se verificam máximos concentrados em Novembro, mês onde se conjuga o facto de anteceder um período interdito e de ser um mês de menor actividade agrícola. Os valores mínimos são muito idênticos em toda a ilha e registam-se entre Fevereiro e Abril e em Dezembro, parecendo traduzir o cumprimento das interdições eclesiásticas. Os habitantes casam pouco em Julho e Agosto.

No referente à sazonalidade da morte e tal como tínhamos referido, a má qualidade dos registos de óbitos impede que sobre ele sejam extraídas conclusões válidas.

**Movimentos da população: as migrações** – Não possuindo fontes que permitam a leitura directa dos movimentos migratórios, optámos por recorrer às informações contidas nos registos de casamento sobre a proveniência dos nubentes. Trabalhámos com 14 séries, desiguais em termos cronológicos. O levantamento

<sup>31</sup> PINTO e RODRIGUES, 1993: 434-446; 468-471.

<sup>32</sup> No Tit. 3Q, Const. 2L das *Constituições Extravagantes* de 1597, estipula-se que a criança seja baptizada até ao oitavo dia de vida (Arquivo Dist. do Funchal, cód. 1072).

das naturalidades dos nubentes da freguesia da Sé segue um critério diverso ao das restantes freguesias, pelo que desconhecemos a percentagem dos naturais da própria freguesia ou mesmo das restantes da Madeira<sup>33</sup>.

No total de 1696 casamentos analisados os noivos são naturais da freguesia onde casam em 72,7% dos casos (um total de 119 indivíduos), indo os restantes 463 homens casar fora. Assim, 94,7% dos matrimónios efectuam-se no local de nascimento e residência das noivas. Com efeito, existem grandes diferenças de género no que se refere às estratégias de mobilidade. A percentagem de imigrantes do sexo feminino é reduzida, registando-se apenas dois actos com noivas dos Açores e do Porto Santo. Além destes encontramos 88 testemunhos de migração interna, correspondendo a mulheres naturais da Madeira que casam fora da sua paróquia de nascimento. Esta mobilidade é mais significativa nas freguesias do Funchal e termo, o que não nos surpreende.

Tabela 9. Origem dos noivos (H) que casam fora da freguesia de nascimento no Século XVI

Origens	Nº Total	%
Madeira (outras)	277	59,8
Porto Santo	1	0,2
Viana do Castelo	39	8,4
Braga	51	11,0
Porto	9	1,9
Lisboa	7	1,5
Outras Regiões	12	4,3
Não Ident. (Portugal)	28	6,0
Açores	22	4,8
Espanha (Canárias)	14	3,0
Estrangeiro	3	0,6
TOTAL	463	100,0

Fonte: Registos Paroquiais, elaboração própria.

A mobilidade masculina é mais complexa, a nível interno e externo. Cerca de 73% dos noivos são naturais da freguesia onde casam e os restantes fazem-no fora do local de nascimento. Destes mais de metade nasceu em outras paróquias

<sup>33</sup> MELO, 1979.

da ilha, na sua maioria geograficamente próximas, exceptuando os casamentos celebrados no centro do Funchal, onde surgem indivíduos de todo o território. A origem dos nubentes do sexo masculino é também muito diversa, embora certas regiões estejam mais representadas (Tabela 9). Encontramos indivíduos do Porto Santo, dos Açores e das Canárias; outros são estrangeiros (franceses, ingleses e espanhóis da Galiza e de Castela, estes últimos em maior número); mas o grosso dos nubentes não naturais do espaço madeirense nasceu no Reino. Destes a maioria provêm do Norte, destacando-se Braga (11,0%), Viana do Castelo (8,4%), Porto e Aveiro. Lisboa representa apenas 1,5% do total. A hipótese colocada no início do texto relativamente a uma origem maioritária do Norte e do Algarve não encontra aqui sustentação relativamente ao último. No entanto, esta hipótese também não fica infirmada, dado que a informação trabalhada corresponde maioritariamente ao século XVI, pouco nos transmitindo sobre o início do povoamento.

A análise das origens dos nubentes masculinos permite detectar fluxos de imigração preferencial de e para determinadas freguesias (Tabela 10). A maior diversidade é encontrada na Sé e em S. Pedro, onde se observa um claro predomínio dos oriundos de Braga e Viana, que em conjunto representam 4,8% do total. O mesmo sucede em menor escala em todas as freguesias do termo, excepto em São Roque, onde é expressivo o peso dos nascidos na zona de Aveiro. As imprecisões na indicação da naturalidade fazem com que também a alínea designada globalmente “Portugal” esteja empolada. Ainda no termo da cidade assumem algum destaque os açorianos, particularmente em São Martinho. Nas restantes freguesias da ilha confirmam-se as tendências manifestadas no Funchal quanto às zonas de origem dos nubentes, salientando-se a migração de Braga para o Estreito e Câmara de Lobos. No caso do Caniço assumem grande importância Viana do Castelo e o arquipélago dos Açores. Finalmente, em Santa Cruz, Calheta e Fajã da Ovelha (excepção feita a um espanhol que casa nesta última), não se regista qualquer casamento com naturais de fora da ilha. O movimento entre o Porto Santo e a Madeira é reduzido e apenas um caso é encontrado na Ribeira Brava. Também no interior da ilha<sup>34</sup> cerca de 63% dos nubentes casam onde nasceram, vindo os restantes 37% de outras partes da ilha.

---

<sup>34</sup> Não consideraremos a Sé, para a qual, pelas razões já apontadas, não possuímos informação que permita distinguir entre os casados e naturais da freguesia ou doutras freguesias da Madeira.

**Tabela 10.** Origem dos noivos (H) nas Freguesias da Madeira no século XVI (%)

Origem	Sé	S. Ped.	S. Ant.	S. Ro. Aaroq.	S. Mar.	S. Gon.	R. Br.	C. Lob.	E.C.L.	P. Sol	Can.	F. Ov.	S. Cr.	Calh.
da Freguesia		86,5	55,1	74,3	43,4	53,1	48,2	48,6	53,5	76,0	42,0	83,7	77,8	96,0
Mad. (outras)	66,6	5,9	25,6	7,0	13,3	28,1	40,6	30,8	23,8	16,2	37,2	16,3	22,2	3,0
Porto Santo	1,0						0,7							
Vila Real	03	0,1												
Viana Cast.	5,1	1,9	7,7	7,0	10,0	9,4	1,4		2,4		5,8			
Braga	9,2	2,9	2,6		10,0		2,1	7,7	11,9	1,8	2,5			
Porto	3,3	0,3	2,6					1,3		0,9	1,7			
Aveiro	0,3	0,1		4,7										
Coimbra	0,6	0,1									1,7			
Leiria	0,2										0,8			
Lisboa	2,2	0,1	1,3		3,3		1,4	1,3	1,2					,
Évora	0,5						1,4							
Faro	1,0	0,3												
Portugal	1,5	0,9	3,8	2,3	13,3			5,1	1,2	4,1				
Açores	3,2	0,3	1,3	4,7	6,7	9,4	1,4	2,6	3,6		4,1			
Canarim							0,7			03	2,5			
Espanha	4,4	0,3					0,7	2,6	1,2	0,5	1,7			1,0
França	0,2						1,4		1,2					
Índia	0,2	0,3												
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Registos Paroquiais – elaboração própria.

Os movimentos migratórios nas ilhas do arquipélago variaram segundo as conjunturas económicas e políticas. Esse espaço aberto e caracterizado por uma grande mobilidade é palco de dinâmicas migratórias de sentido diverso (migrações internas, emigração e imigração), no momento em que também os madeirenses começaram a deixar a ilha, alguns para os Açores e Canárias, a maioria em direcção ao Brasil e à Índia, numa corrente que se intensifica para além do período cronológico abrangido por este estudo<sup>35</sup>. O início da saída de madeirenses para outras

<sup>35</sup> Veja-se sobre a questão VIEIRA, 1987: 96-100.

áreas mais atractivas tem sido discutida, mas ela terá começado a verificar-se no momento em que a Madeira começa a ser afastada do centro vital do Império. Sabemos que já em meados de XVI começava a ser difícil controlar o movimento de saída. Uma postura de 17 de Maio de 1546 referia que “sendo mujtos os que cada dia vem nom se pode achar hü que queira viuer por soldada onesta”. Os continentais fazem arrendamentos, esgotam as terras e vão embora. Decide-se então que só possam ter fazendas de arrendamento os homens casados, vivendo os restantes por soldada<sup>36</sup>.

**Um exemplo de estrutura profissional** – Algumas informações contidas nos assentos de casamento, baptismo e óbito são passíveis de aproveitamento em termos da caracterização da estrutura socioprofissional de determinada comunidade. Neste caso concreto são de preferir os dados fornecidos nos registos de baptismo, uma vez que só neles era obrigatória a referência das profissões dos pais, padrinhos e, no caso das madrinhas, da pessoa de quem dependiam (marido, pai ou filho). Nos restantes estas informações não apresentam suficiente regularidade para justificarem qualquer interpretação. As conclusões que apresentamos de seguida constituem um ensaio sobre a Ribeira Brava entre os anos de 1539 e 1549 e de 1580 a 1600. A escolha desta freguesia foi baseada em 4 critérios: a) situação geográfica na costa sul da ilha; b) volume de efectivos populacionais; c) estabilidade da fixação de povoamento, desde a sua fase inicial; e d) conjugação de actividades económicas muito diversas, reflectindo as várias ocupações profissionais dos habitantes insulares. Apresentam-se na Tabela 11 os valores totais e percentuais correspondentes às diversas actividades enumeradas.

**Tabela 11.** Estrutura Profissional na Ribeira Brava no Século XVI<sup>37</sup>

	Padrinhos		Pais		Madrinhas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Profissões Agrícolas	14	16,87	29	27,62	10	17,86	53	21,72
1.1. Trabalhador	1	1,20	3	2,86	0	0,00	4	1,64
1.2. Pastor, Cabreiro	2	2,41	2	1,90	1	1,79	5	2,05
1.3. Lavrador	3	3,61	9	8,57	5	8,93	17	6,97
1.4. Mestre de Açúcar	4	4,82	7	6,67	2	3,57	13	5,33
1.5. Caldeireiro	2	2,41	1	0,95	1	1,79	4	1,64
1.6. Feitor de Engenho	0	0,00	1	0,95	0	0,00	1	0,41

<sup>36</sup> A.D.F. – Cód. 1307, fl. 57.

<sup>37</sup> NOTA: Classificação proposta por NAZARETH e SOUSA, 1987: 60

**Tabela 11.** Estrutura Profissional na Ribeira Brava no Século XVI (cont.)

	Padrinhos		Pais		Madrinhas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1.7. Cozedor de Mel	1	1,20	2	1,90	0	0,00	3	1,23
1.8. Purgador de Açúcar	1	1,20	0	0,00	0	0,00	1	0,41
1.9. Escumero	0	0,00	1	0,95	1	1,79	2	0,82
1.10. Hortelão	0	0,00	3	2,86	0	0,00	3	1,23
2. Artesanato	22	26,51	27	25,71	8	14,29	57	23,36
2.1. Ligado a Act. Agrícolas	3	3,61	7	6,67	1	1,79	11	4,51
2.1.1. Ferreiro	2	2,41	5	4,76	0	0,00	8	3,28
2.1.2. Tanoeiro	1	1,20	2	1,90	1	1,79	3	1,23
2.2. Ligado à Construção	5	6,02	7	6,67	3	5,36	15	6,15
2.2.1. Serrador	2	2,41	2	1,90	0	0,00	4	1,64
2.2.2. Pedreiro	1	1,20	1	0,95	0	0,00	2	0,82
2.2.3. Canaveiro	2	2,41	0	0,00	0	0,00	2	0,82
2.2.4. Carvoeiro	0	0,00	3	2,86	1	1,79	4	1,64
2.2.5. Carpinteiro	0	0,00	1	0,95	2	3,57	3	1,23
2.3. Ligado à Alimentação	7	8,43	6	5,71	2	3,57	15	6,15
2.3.1. Carniceiro	1	1,20	1	0,95	0	0,00	2	0,82
2.3.2. Pescador	6	7,23	5	4,76	2	3,57	13	5,33
2.4. Ligado aos Serviços	7	8,43	7	6,67	2	3,57	16	6,56
2.4.1. Sapateiro	5	6,02	3	2,86	2	3,57	10	4,10
2.4.2. Alfaiate	2	2,41	4	3,81	0	0,00	6	2,46
3. Comércio e Serviços	47	56,63	49	46,67	38	67,86	134	54,92
3.1. Comércio	7	8,43	9	8,57	4	7,14	20	8,20
3.1.1. Mercador, Almocreve	7	8,43	8	7,62	4	7,14	19	7,79
3.1.2. Caixeiro	0	0,00	1	0,95	0	0,00	1	0,41
3.2. Serviços	12	14,46	13	12,38	11	19,64	36	14,75
3.2.1. Marítimo, Barqueiro	2	2,41	5	4,76	1	1,79	8	3,28
3.2.2. Barbeiro	1	1,20	1	0,95	1	1,79	3	1,23
3.2.3. Físico	1	1,20	0	0,00	0	0,00	1	0,41
3.2.4. Alcaide	0	0,00	1	0,95	0	0,00	1	0,41
3.2.5. Juíz	1	1,20	0	0,00	0	0,00	1	0,41

**Tabela 11.** Estrutura Profissional na Ribeira Brava no Século XVI (cont.)

	Padrinhos		Pais		Madrinhas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
3.2.6. Escrivão	1	1,20	1	0,95	1	1,79	3	1,23
3.2.7. Meirinho	0	0,00	2	1,90	0	0,00	2	0,82
3.2.8. Recebedor	1	1,20	2	1,90	1	1,79	4	1,64
3.2.9. Dizimeiro	2	2,41	0	0,00	1	1,79	3	1,23
3.2.10. Rendeiro do Verde	0	0,00	1	0,95	0	0,00	1	0,41
3.2.11. Criado	3	3,61	0	0,00	1	1,79	4	1,64
3.2.12. Parteira	0	0,00	0	0,00	5	8,93	5	2,05
3.3. Diversos	28	33,73	27	25,71	23	41,07	78	31,97
3.3.1. Clérigos	3	3,61	0	0,00	1	1,79	4	1,64
3.3.2. Com Rendas (fidalgos)	8	9,64	8	7,62	9	16,07	25	10,25
3.3.3. Escravos	0	0,00	6	5,71	0	0,00	6	2,46
3.3.4. Indeterminados	17	20,48	13	12,38	13	23,21	43	17,62
<b>TOTAL</b>	<b>83</b>	<b>100,00</b>	<b>105</b>	<b>100,00</b>	<b>56</b>	<b>100,00</b>	<b>244</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Registos Paroquiais – elaboração própria.

Num total de 244 profissões, apenas uma é feminina: a parteira, personagem importante nas sociedades aldeãs. Entre as demais observa-se um grande equilíbrio quantitativo. As profissões agrícolas são objecto de 53 referências, que correspondem a pouco mais de um quinto do universo analisado (21,7%), sendo possível que este sector se apresente subestimado, tendo em conta a realidade económica insular. Destacam-se os lavradores e donos de engenho, sendo possível que os primeiros estejam também ligados ao plantio de açúcar. Aliás, são mencionadas diversas profissões específicas da produção açucareira (caldeireiros, feitores, cozedores de mel, purgadores e escumeiros). Se agregarmos todos os que de algum modo estão ligados a actividades do sector primário obtemos perto de metade do total (45,3%), valor que exclui os lavradores, com os quais o peso percentual deste subgrupo ascenderia a 77,4%.

Ligados ao artesanato estão 57 indivíduos (23,4%). Não nos surpreende a existência de vários artesãos encarregues da produção de ferramentas agrícolas (um quinto do total), mas outro tipo de exigências ligadas ao quotidiano das populações sustenta géneros diversos de artesanato, como os alfaiates e sobretudo sapateiros, que em conjunto constituem 28% do grupo. Com idênticos valores absolutos surgem outros profissionais, cuja actividade complementa a alimentação

dos residentes (carniceiros e pescadores) e ainda os que exercem funções diversas no sector da construção.

O sector de actividade mais representado é o do comércio e serviços, embora os seus resultados incluam os inactivos, os que vivem de rendas e também os escravos e aqueles para quem é omitida a profissão. Se retirarmos este grupo muito heterogéneo restam-nos 56 indivíduos (23%), ligados às actividades de comércio (20, mais de 8% da população) e serviços (36, 15%). Neste conjunto destacam-se os representantes do poder judicial e fiscal. O juiz e os escrivães, alcaide, meirinhos e recebedores representam 30% do total dos serviços.

O facto de nos encontrarmos numa sociedade de Antigo Regime justifica outro tipo de ilações. O peso social está também patente no número de vezes que cada um dos membros das famílias mais importantes da terra é escolhido para padrinho. As madrinhas são quase sempre fidalgas ou mulheres e filhas de lavradores e donos de engenho, exceptuando-se os baptismos realizados por necessidade pelas parteiras. Mas é entre os padrinhos que esta escolha é mais evidente. Gaspar de Teive é padrinho de oito crianças em apenas cinco anos, outros fidalgos são-no três e quatro vezes. Seguem-se os mercadores, os oficiais e a grande distância alguns artesãos especializados. Razões de prestígio e sobretudo de estabilidade na comunidade explicam estas escolhas, que visavam atribuir alguma segurança ao recém-nascido, numa época em que as probabilidades de sobrevivência do próprio e dos progenitores eram reduzidas. Assim, os grupos preferenciais onde são recrutados os padrinhos são fidalgos, oficiais, mestres de açúcar e mercadores<sup>38</sup>. Dos sete fidalgos referidos pelo menos dois são aparentados. São também sete os mercadores mencionados, três deles com o mesmo sobrenome e prováveis de laços de parentesco e um Teive, talvez de ascendência nobre. Dos dez mestres referidos quatro apresentam o sobrenome Fernandez, dois o de Afonso e outros dois Alvarez, podendo ser aparentados mau grado a relativa vulgaridade desses nomes. Dois oficiais são também Afonso (o dizimeiro e o alcaide) e os demais têm outros sobrenomes.

---

<sup>38</sup> Fidalgos: Gaspar de Teive, Nicolau de Bairros, Francisco Bettencourt, João Ferreira, Pedro Vilela e Nicolau e Nuno Alvares d'Atouguia (estes pai e filho); Oficiais: Gomes Fernandes (juiz), Gonçalo Afonso (alcaide), Diogo Rodrigues (Recebedor dos Quintos), e Bastião Alvares, Estevão Fernandes e Pedro Enes (escrivães), Pedro Afonso (dizimeiro); Mestres de açúcar: Eitor e Francisco Alvares, Martim e João Afonso, Francisco Vaz, Bastião, Gregório, Jorge e Lopo Fernandez, Duarte Pirez; Mercadores: Apariço, Diogo e Rui Gonçalves, Ambrósio de Freitas, Luis Alvares, Diogo Vaz de Teive.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo sintetizamos os aspectos que consideramos mais relevantes da evolução populacional madeirense ao longo dos primeiros dois séculos de povoamento, incluindo a questão do (re)descobrimento das ilhas e agentes responsáveis pessoalmente envolvidos nessa fase inicial.

Condicionalismos relacionados com o tipo de fontes existentes para épocas pré-estatísticas justificam as opções efectuadas, quer em termos de estrutura interna do trabalho, quer sobretudo nas metodologias empregues para melhor aproveitar alguns tipos de fonte até hoje pouco utilizados: referimo-nos às descrições coevas, à documentação oficial avulsa e às séries de assento paroquial, que nos permitiram construir uma imagem de conjunto sobre as formas e ritmos diferenciados de ocupação do espaço insular.

Julgamos sobretudo ter mostrado as potencialidades de tratamento e análise dos registos paroquiais, os quais encerram um vasto leque de informações, passível de clarificar certos aspectos da realidade social desde o primeiro quartel do século XVI. Para além de dados sobre a evolução dos efectivos, os assentos permitem estudar outros aspectos, nomeadamente a questão migratória ou a estrutura socioprofissional, encarada como imagem das relações existentes num dado espaço e tempo. Mau grado as limitações que estas fontes contêm e de apenas termos trabalhado parte da informação disponível, consideramos ter concorrido para um melhor conhecimento da realidade madeirense nos dois primeiros séculos de povoamento.

## BIBLIOGRAFIA

- ARAGÃO, António (1981) – *A Madeira Vista Por Estrangeiros. 1455-1700*. Funchal: Dir. Regional dos Assuntos Culturais.
- ARAGÃO, António (1979) – *Para a História do Funchal. Pequenos Passos da Sua Memória*. Funchal: Dir. Regional dos Assuntos Culturais.
- ARDITI, Pompeo (1948) – *Viagem de Pompeo Arditi de Pesaro à Ilha da Madeira e aos Açores (1567)*. «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira», nº6. Angra do Heroísmo, p.173-183.
- ARDITI, Pompeo (1873) – *As Saudades da Terra. História das do Porto-Sancto, Madeira Desertas e Selvagens. Manuscrito do Século XVI anotado por Alvaro Rodrigues de Azevedo*. Funchal.
- BAIÃO, António (1940) – *O Manuscrito “Valentim Fernandes”*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- BARROS, João de (1777-1788) – *Da Ásia de João de Barros e de Diogo do Couto : dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente*. Nova ed., Lisboa: Na Régia Officina Typografica.
- Constituições Extravagantes do Bispado do Funchal. Feitas e ordenadas por Dom Luis de Figueiredo de Lemos, Bispo do dito bispado*. Lisboa, 1601.
- CORDEIRO, António (1981) – *História Insular das Ilhas A Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*. Funchal: Sec. Regional da Educação e Cultura.

- COSTA, José Pereira da (1997) – *Código Valentim Fernandes*, Lisboa: Academia Portuguesa da História
- DIAS, Jorge (1953) – *Nótulas de etnografia madeirense*. Coimbra: Universidade da Coimbra.
- DIAS, Jorge, (1981) – *Rio de Onor, Comunitarismo Agro-Pastoril*. 2ªed. Lisboa: Presença.
- FRUTUOSO, Gaspar (1983) – *Elucidário Madeirense*. Funchal: Sec. Reg. da Educ. e Cultura, 2ªed., 3 vols.
- FRUTUOSO, Gaspar (1968) – *Livro Segundo das Saudades da Terra do Doutor Gaspar Frutuoso em que se trata do Descobrimento da Ilha da Madeira e suas Adjacentes, e da Vida e Progénie dos Ilustres Capitães delas*. Ponta Delgada: Inst. Cult. de Ponta Delgada.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1962) – *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*. Lisboa: Presença.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1943) – *Documentos sobre a Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Presença. Vol.1.
- GOMES, J. E de Brito (1932) – *Reçençamento dos foguos Almas Fregesias e mais Igrejas que tem a Ilha da Madeira, tirado pellos rois das Confições, assi em geral como em particular*. «Arquivo Histórico do Funchal», vol. II, nº1. Funchal, p. 28-35.
- HENRY, Louis (1988) – *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*. Lisboa: Gradiva.
- LANDI, Giulio (1574) – *Descrittione de l'Isula de la Madera gia scritta ne la lingua latina, ill. Signor Giulio Landi...* Piacenza; Francesco Conti.
- LEITE, Duarte (1960) – *História dos Descobrimentos. Colectânea de esparsos*. Lisboa: Edição Cosmos. Vol.II
- LEITE, Jerónimo Dias (1947) – *Descobrimento da Ilha da Madeira e Discurso da vida e feitos dos Capitães da dita Ilha*. Coimbra: Inst. de Est. Históricos Dr. António de Vasconcelos.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1981) – Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa. «Bracara Augusta», vol. XXXV, fasc.79 (92). Braga, p. 24-35.
- MELO, Luis Fr. C. de Sousa (1979) – *A Imigração na Madeira. Paróquia da Sé – 15391600*. «Revista História e Sociedade», nº6.
- NAZARETH, J. Manuel (1981) – *Introdução aos Métodos Quantitativos em Ciências Sociais*, Lisboa: U.N.L.
- NAZARETH, J. Manuel (1988) – *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*. Lisboa: Ed. Presença.
- NAZARETH, J. Manuel SOUSA, FERNANDO (1987) – *A demografia Portuguesa de Artigo Regime. Samora Correia em 1790*, Lisboa: Ed. Presença. Col. “Estudos de pop. e ecologia”. nº17.
- PEREIRA, P.Eduardo C.N. (1975) – *Piratas e Corsários nas Ilhas Adjacentes*. 4ª ed., Funchal
- PERES, Damião (1982) – *A história dos descobrimentos portugueses*. Porto: Vertente.
- PINTO, Maria Luís Rocha, RODRIGUES, Teresa Maria Ferreira (1993) – *Aspectos do povoamento das ilhas da Madeira e Porto Santo nos Séculos XV e XVI*. «Actas do IIIº Colóquio Internacional de História da Madeira», Funchal, p.403-471
- PIO, Manuel Ferreira (1967) – *Santa Cruz da Ilha da Madeira. Subsídios Para a Sua História*. Funchal.
- RIBEIRO, Orlando (1985) – *A Ilha da Madeira até meados do Século XX. Estudo Geográfico*. Lisboa: Inst. de Cultura e Língua Portuguesa.
- RIBEIRO, Orlando (1962) – *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar.
- SERRÃO, Joel (sd) – *Madeira*. «Dicionário de História de Portugal», vol. IV, Porto: Livr. Figueirinhas, p. 231-232.
- VIEIRA, Alberto (1987) – *O Comércio Inter-Insular nos Séculos XV e XVI. Madeira, Açores e Canárias*. Funchal: Sec.Reg. do Turismo e Cultura, Centro de Est. de História do Atlântico.
- ZURARA, Gomes Eanes de (1973) – *Chronica do Descobrimento e Conquista da Guiné* . Porto.

## FONTES

- ADT – *Vereações*, Códices 1307, 1309, 1310, 1311, 1312, 1313, 1314.
- ADT – *Registos Paroquiais*, Sé – Baptismos – Livros 1 a 13 Casamentos – Livros 1 a 7 Obitos – Livros 1 a 6
- ADT – *Registos Paroquiais*, S. Pedro – Mistos – Livros 1 a 3 Baptismos – Livros 1
- ADT – *Registos Paroquiais*, Sto. António – Mistos – Livro 1 São Roque – Mistos- Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* São Martinho – Mistos- Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais*, São Gonçalo – Mistos- Livro 1, Baptismos – Livro 2
- ADT – *Registos Paroquiais* Campanário – Mistos- Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Câmara de Lobos – Baptismos – Livros 1 e 2, Casamentos- Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Estreito de Câmara de Lobos – Mistos – Livro 1, Baptismos – Livro 1 Casamentos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Ribeira Brava – Mistos – Livro 1, Baptismos – Livros 1 e 2, Casamentos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Tabua – Mistos – Livro 1 Obitos – Livro 2
- ADT – *Registos Paroquiais* Ponta do Sol – Mistos – Livro 1, Casamentos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Canhas – Mistos – Livro 1 Baptismos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Calheta – Mistos – Livro 1 Baptismos – Livro 3, Obitos – Livro 3
- ADT – *Registos Paroquiais* São Vicente – Baptismos – Livro 1 Obitos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Ponta Delgada – Mistos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Santana – Baptismos – Livro 1 Casamentos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Faial – Mistos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Porto da Cruz – Baptismos – Livro 1 Casamentos – Livro 1 Obitos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Água de Pena – Baptismos – Livro 4, Casamentos – Livro 3
- ADT – *Registos Paroquiais* Santa Cruz – Mistos – Livro 1, Baptismos – Livro 2
- ADT – *Registos Paroquiais* Gaula – Mistos – Livro 1 Baptismos – Livro 2
- ADT – *Registos Paroquiais* Caniço – Baptismos – Livro 1 Casamentos – Livros 1 e 2 Obitos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Caniçal – Mistos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Arco da Calheta – Baptismos – Livro 1, Casamentos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Estreito da Calheta – Mistos – Livro 1, Obitos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Fajã da Ovelha – Mistos – Livro 1

## ANEXOS

### Anexo I

Exemplo de Registo Paroquial de Baptismo:

“declare que em tamtos dias de tall mes e anno e elle dicto cura por do seu nome bautizou foão declarando o nome do bautizado e de seu pay e de sua may e se nom conhecer o pay e a may sera o nome daquelle que tem careguo de tall creatura declarando iloguo se he emgeytado ou se he bastardo ou llegalitimo e o nome dos padrinhos e madrinhas tudo muyto declradamente sprito e asyne elle cura e o pay e padrinhos da dieta creatura e se o dicto cura nom bautizar e outrem o baptizar por elle o [faça dizer] que ho bapti/zar todo o sobredito e asynara com outros e pora o nome do cura que ho ouuera de bautyzar e scpreva o nome da Jgreja o que tudo asy spreva na forma sobredicta do quall mandou o dicto Senhor ouvidor fazer o dicto auto pera que seja notoreo ao dicto cura” (Arquivo Distrital do Funchal, *Registos Paroquiais*, Sé, Livro 1 Baptismos, fls.1 – lvg)

Exemplo de Registo Paroquial de Obito:

“Jtem o dia mes e ano em que faleceo, pessoas que sam, onde jazem enterradas, se fizeram testamentos e quem o fez e aprovou, testamentarios e herdeiros que deixou, tempo que limitou para cumprirem o testamento e se morrer abintestado assim o declareis como morreo e a quem ficou sua herança” (Arquivo Distrital do Funchal, *Registos Paroquiais*, Sé, Livro 1 Obitos, fls.1-2)

Exemplo de Registo Paroquial de Casamento:

“Regimento dos casados

Regimento de como se ha de escreuer os noiuos que se Cazarem a porta da Igreja de São Bento da Ribeira Brava

Em tantos dias de tal mes de tal ano eu foam vigario ou cura de São Bento da Ribeira Brava Reçebi por Marido e Mulher foão, e foãa a porta da dita Igreja e foram presentes Foam e Foam e foão e Foão testemunhas e se os vos .não Reçerberdes, o que os Reçeber em vosso nome escreuerá o tal Jtem, declarando todo o sobredito, e seu nome e quem lho mandou fazer, e assignará com as testemunhas que forem presentes athé quatro, declarando os nomes dos noiuos, e das testemunhas, e dos ofícios e Mestres que o são, e honde são moradores para todo o tempo se saber o sobredito declarando se forão cazados clandestinamente, ou se fizerão os banhos que a Santa Madre Igreja ordena e será a dita adição asignada como dito he”

(Arquivo Distrital do Funchal, *Registos Paroquiais*, Ribeira Brava, Livro 1 Casamentos, fls.1-2).

## Anexo II

Informação Disponível Sobre Os Vários Tipos De Registos Paroquiais Nas 25 Freguesias Estudadas																											
Freguesias																											
Anos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	
1539	*+^								*+^		+^							* ^							+		
1540	*+^								*+^		*+^								* ^						+^		
1541	*+^								*+^	+	*+^								* ^						+^		
1542	*+^								*+^	+	*+^								* ^						+^		
1543	*+^								*+^	+	+^								* ^						+^		
1544	*+^								*+^	+	+^								* ^						+^		
1545	*+^								*+^	+	+^								^						*+^		
1546	*+^								*+^	+	+^								^						*+^		
1547	*+^								*+^	+	+^								* ^						*+^		
1548	*+^								*+^	+	+^								* ^						*+^		
1549	+^								*+^	+	+^								* ^						*+^		
1550	*+^								*+^	+	+^								^						*+^		
1551	*+^								*+^	+	+^								^						*+^		
1552	*+^								*+^	+	+								^						*+		
1553	*+^								*+^	+	+								^						*		
1554	*+^								* ^		+								^						*		
1555	*+^								* ^		+								^						*		
1556	*+^								* ^		+								* ^						*		
1557	*+^								* ^		+								* ^								
1558	*+^					*			* ^		+								* ^								
1559	*+^					*			* ^		+								* ^								
1560	*+^					*			* ^	+	+								* ^								
1561	*+^					*			* ^	+	+								* ^								
1562	*+^					*			^	+							+		* ^								
1563	*+^					*			^	+							*+		* ^								
1564	*+^					*			^	+							*+		* ^								
1565	*+^					*			* ^	+							*+		* ^		^						
1566	*+^					*			* ^	+							*+^		* ^		^						
1567	*+^					*		*	* ^	+							*+^		* ^		^						
1568	*+^	*+^				*		*	* ^	+^							*+^		* ^		^						
1569	*+^	*+^				*		*+^	* ^	*+^		*					*+^		* ^		^						

O POVOAMENTO DAS ILHAS DA MADEIRA E DO PORTO SANTO NOS SÉCULOS XV E XVI

Informação Disponível Sobre Os Vários Tipos De Registos Paroquiais Nas 25 Freguesias Estudadas																											
Freguesias																											
1570		*+Λ	*+Λ			*		*+Λ	* Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		Λ								
1571		*+Λ	*+Λ			*		*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		Λ								* Λ
1572		*+Λ	*+Λ			*		*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		Λ								* Λ
1573		*+Λ	*+Λ			*		*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		Λ								* Λ
1574		*+Λ	*+Λ			*		*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		Λ								* Λ
1575		*+Λ	*+Λ			*		*+	+Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		Λ								* Λ
1576		*+Λ	*+Λ			*		*+Λ	+Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		Λ								* Λ
1577		*+Λ	*+Λ			*		*+Λ	+Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		Λ								* Λ
1578		*+Λ	*+Λ			*	*	*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		+Λ								* Λ
1579		*+Λ			* Λ	*		*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		* Λ								*+Λ
1580		*+Λ			* Λ	*		*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		*+Λ								*+Λ
1581		*+Λ			*+Λ	* Λ		*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				*+Λ	*+Λ	* Λ		*+Λ								*+Λ
1582		*+Λ			*+Λ	* Λ		*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				*+Λ	*+Λ	* Λ		*+Λ								*+Λ
1583		*+Λ			*+Λ	* Λ		*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				*+Λ	*+Λ	*+Λ		*+Λ								*+Λ
1584		*+Λ			*+Λ	* Λ		*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				*+Λ	*+Λ	*+Λ		*+Λ								*+Λ
1585		*+Λ			*+Λ	* Λ		*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				*+Λ	*+Λ	*+Λ		*+Λ								* Λ
1586		*+Λ			*+Λ	* Λ		*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				*+Λ	*+Λ	*+Λ		*+Λ								* Λ
1587		*+Λ			Λ	*+Λ	* Λ	*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				*+Λ	*+Λ	*+Λ		*+Λ								* Λ
1588		*+Λ		*	* Λ	*+Λ	* Λ	*+Λ	+Λ	+Λ	*				*+Λ	*+Λ	*+Λ		*+Λ								* Λ
1589		*+Λ	*+Λ	* Λ	*+Λ	* Λ		*+Λ	*+Λ	+Λ	*				*+Λ	*+Λ	* Λ		+								* Λ
1590		*+Λ	*+Λ	* Λ	*+Λ	* Λ		*+Λ	*+Λ	+Λ	*			Λ	*+Λ	*+Λ	*+Λ		*+Λ						Λ		* Λ
1591		*+Λ	*+Λ	* Λ	*+Λ	* Λ		*+Λ	*+Λ	+Λ	*			Λ	*+Λ	*+Λ	*+Λ		+					Λ			* Λ
1592		*+Λ	*+Λ	* Λ	*+Λ	* Λ		*+Λ	*+Λ	+Λ	*			Λ	*+Λ	*+Λ	* Λ		*				Λ	Λ	*		* Λ
1593		*+Λ	*+Λ	* Λ	*+Λ	* Λ		*+Λ	*+Λ	+Λ	*			Λ	*+Λ	*+Λ	* Λ		*+Λ				*+Λ	*+Λ	Λ	*	* Λ
1594		*+Λ	*+Λ	Λ	*+Λ	* Λ		*+Λ	*+Λ	+Λ	*			* Λ	*+Λ	*+Λ	* Λ		*+Λ				*+Λ	*+Λ	+Λ	Λ	* Λ
1595		*+Λ	*+Λ	Λ	*+Λ	* Λ		*+Λ	*+Λ	+Λ	*			* Λ	*+Λ	*+Λ	* Λ		*+Λ				*+Λ	*+Λ	+Λ	Λ	* Λ
1596		*+Λ	*+Λ	Λ	*+Λ	* Λ		*+Λ	*+Λ	+Λ	*			* Λ	*+Λ	*+Λ	* Λ		*+Λ				*+Λ	*+Λ	+Λ	Λ	* Λ
1597		*+Λ	*+Λ	Λ	*+Λ	* Λ		*+Λ	*+Λ	*+Λ	*+Λ	*			* Λ	*+Λ	*+Λ		* Λ				*+Λ	*+Λ	+Λ	Λ	* Λ
1598		*+Λ	*+Λ	Λ	*+Λ	* Λ		*+Λ	*+Λ	*+Λ	*+Λ	*			*+Λ	*+Λ	*+Λ		* Λ				*+Λ	*+Λ	+Λ	Λ	* Λ
1599		*+Λ	*+Λ	Λ	* Λ	*		*+Λ	*+Λ	*+Λ	*+Λ	*			*+Λ	*+Λ	*+Λ		* Λ				*+Λ	*+Λ	+Λ	Λ	* Λ
1600		*+Λ	*+Λ	Λ	* Λ	*		*+Λ	*+Λ	*+Λ	* Λ	*			*+Λ	*+Λ	*+Λ		* Λ				*+Λ	*+Λ	+Λ	Λ	* Λ
Anos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	

Fonte: Registos paroquiais: \* – baptismos, + – óbitos e Λ – casamentos

Nota: A numeração das freguesias corresponde às da Tabela 6 no texto.

